

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 24 DE MAIO DE 2017

NÚMERO 7.128

## MESA

Silvio Dreveck  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Mário Marcondes  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**2ª SECRETÁRIA**

Ana Paula Lima  
**3ª SECRETÁRIA**

Maurício Eskudlark  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos  
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Mauro de Nadal

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR  
PP, PR, PSB**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Cesar Valduga

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
José Nei A. Ascari  
Darci de Matos  
Dirceu Dresch  
João Amin  
Marcos Vieira  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Milton Hobus  
Cesar Valduga  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dóia Guglielmi  
Manoel Mota  
Gabriel Ribeiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Cesar Valduga - Vice-Presidente  
Dirceu Dresch  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Jean Kuhlmann  
Altair Silva

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente  
Serafim Venzon - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Antonio Aguiar  
Romildo Titon  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Gelson Merisio  
Altair Silva  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Fernando Coruja  
Milton Hobus  
Gabriel Ribeiro  
José Milton Scheffer  
Patricio Destro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
Mauro de Nadal - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Dóia Guglielmi  
Valdir Cobalchini  
Pe. Pedro Baldissera  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente  
Dirceu Dresch - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Jean Kuhlmann  
Nilso Berlanda  
Dóia Guglielmi  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Neodi Saretta  
João Amin  
Dóia Guglielmi  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Fernando Coruja  
Gelson Merisio  
Ismael dos Santos  
Altair Silva  
Cleiton Salvaro  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente  
Cesar Valduga - Vice-Presidente  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro  
Dirceu Dresch  
Nilso Berlanda  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Patricio Destro  
Serafim Venzon  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon  
Ricardo Guidi  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Altair Silva  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Serafim Venzon  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente  
Milton Hobus - Vice-Presidente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Valdir Cobalchini  
Fernando Coruja  
Neodi Saretta  
Nilso Berlanda  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Dalmo Claro  
Natalino Lázare

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/2017 ..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Mesa DL ..... 5 Atos da Mesa ..... 5</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública..... 6 Aviso de Resultado ..... 21 Extratos..... 21 Ofícios..... 22 Portarias..... 23 Projetos de Lei ..... 23 Projeto de Lei Complementar... ..... 27</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2017

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Kennedy Nunes  
Ana Paula Lima

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Discorre sobre o papel do parlamentar, que é representar a população catarinense, buscando

a melhoria de qualidade de vida do povo.

Faz referência à visita do dr. Glaucio Côrte, presidente da Fiesc, na Casa Legislativa, ao apresentar o relatório da indústria do estado no ano anterior, com números animadores a respeito do setor produtivo catarinense.

Registra o crescimento do agronegócio catarinense, sendo que a região oeste mostra sua vocação empreendedora, que é a de produzir alimentos, processar matéria prima para o país e o mundo. Destaca o modelo dos negócios agropecuários e de integração, devido o sistema cooperativo, mencionando que é modelo para o Brasil. Enfatiza que o produtor catarinense deve ser valorizado, porque desenvolve um trabalho com qualidade, desenvolve um modelo agropecuário inovador com uso de tecnologia e acredita que é o caminho do futuro, mencionando que ainda não se produz todo o leite que o Brasil consome, bem como a produção de fruticultura. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Parabeniza o deputado Natalino Lázare, pelo tema do pronunciamento.

Comenta que recebe diariamente em seu gabinete várias lideranças de diversas cidades do estado, que procuram apoio e parceria com os deputados, e também que na presente data, os municípios de Biguaçu e Dona Emma, estão fazendo aniversário de

fundação, felicita os prefeitos, vereadores e toda a população.

Comunica que foi convidado para representar o presidente da Casa, a participar da abertura do XII Congresso Nacional de Direito da UFSC, destacando que é o maior congresso de direito gratuito do Brasil, com a presença de várias autoridades, ressaltando mais uma ação importante da UFSC no estado e Brasil.

Menciona a visita de Ricardo Testoni, que apresentou o projeto Centro de Artes e Esportes Unificado do Município de Navegantes, reconhecendo o trabalho fantástico realizado em um bairro que já foi problemático com relação à questão de drogas, e que quando adotada uma área pública, foi transformada com várias escolas que oferecem oficinas de artes e esportes, para crianças carentes da cidade. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA (Orador) - Fala sobre dois importantes projetos desenvolvidos no município de Fraiburgo, tendo em vista a inclusão social de jovens de comunidades carentes, parabenizando os seus dirigentes Luiz Coelho, Jilson Carlos Souza, João Ademir Cancelier e Emerson de Souza, por tão importante trabalho.

Destaca que 505 estudantes, de 15 estados, participaram do Campeonato Brasileiro de Karatê-Do e que Santa Catarina participou com 12 estudantes da Associação

RAIACHI RA Vital/Projeto Karatê-Do Cidadão do Futuro, que conquistaram 16 medalhas.

Também menciona o trabalho da APAFEC-Associação Paulo Freire de Educação Popular, que através de suas ações educacionais inclui mais de 350 crianças, adolescentes, jovens e adultos. Ressalta que a entidade também mantém a Biblioteca Comunitária Alisson Zonta, que desenvolve projetos de artesanato, cultura e inclusão digital.

Destaca que tais iniciativas são conduzidas por um grupo de pessoas da comunidade de todas as idades, e entende que poderiam ser desenvolvidas pelo governo, pois representam uma perspectiva diferente de vida para os jovens daquele município. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Cumprimenta os representantes da Uvesc presentes no plenário e parabeniza-os pelo trabalho que desenvolvem atualizando os vereadores catarinenses. Também registra que no dia 16 de maio comemora-se o Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação, enfatizando que são imprescindíveis nas empresas e em todos os órgãos do governo.

Faz o registro da passagem do Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia. Comenta a negação do acesso a direitos básicos para a população LGBT e entende inadmissível o alto número de mortes que atinge tais pessoas. Destaca a importância da audiência pública ocorrida na comissão dos Direitos Humanos da Casa, na presente data, em apoio à resolução do Conselho Federal de Psicologia que normatiza o atendimento a pessoas LGBT em sofrimento, entendendo que o Parlamento não pode ficar inerte frente ao problema. [Taquígrafa: Cristiany]

#### Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Reporta-se ao PL n. 152/2017, de sua autoria, que objetiva proibir a retenção do veículo quando não estiver em dia com o estado o IPVA. Faz um paralelo de que quem não paga o IPTU, vai para dívida ativa; e, no caso do ICMS, fica sem a certidão negativa.

Discorre sobre a constitucionalidade do referido projeto, mesmo tendo sido alertado de que os guincheiros não vão gostar, citando algumas súmulas do STF em relação à cobrança de tributos, que demonstram a inadmissibilidade da cobrança de tributos.

Comenta que no estado do Maranhão, amigo seu, apresentou projeto semelhante e recebeu o apoio da Ordem dos Advogados do referido estado, assim, espera que os srs. parlamentares da Casa aprovelem o mencionado projeto, pois terão a oportunidade de discutir o assunto, com o item da legalidade. Cita a justificativa do projeto, que é diferenciar os termos: licenciado, registrado e imposto atrasado. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PR

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Orador) - Defende uma reforma urgente das leis trabalhistas, sob pena de aumentar o desemprego.

Salienta que as mudanças ocorridas até o presente momento não trouxeram nenhum prejuízo à classe trabalhadora, apenas proporcionaram aos empresários uma maior flexibilização quando da contratação de funcionários, já que o empregador, principalmente o pequeno empresário, tem medo de efetuar admissões tendo em vista o alto número de ações trabalhistas registradas no país.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corroborar o tema ora suscitado, frisando que o empresário tem muito medo de

gerar emprego e acabar contraindo uma grande dívida trabalhista.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Defende a reforma trabalhista para que os empresários possam ter um respiro. [Taquígrafa: Renata]

Partido: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Discorda da fala dos nobres deputados que a antecederam, principalmente a do deputado Nilso Berlanda, com relação ao tema da Reforma Trabalhista, acrescentando que se os empresários pagassem conforme determina a lei, não haveria ação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho. Diz também que não discorda que as leis trabalhistas precisam ser modernizadas, mas não desta forma como está sendo colocada atualmente, porque vai retirar direitos e penalizar o povo brasileiro.

Ressalta vários retrocessos apresentados no mandato do atual presidente, como o congelamento de gastos públicos, desmonte dos programas sociais, término da farmácia popular, fechamento de várias agências de bancos públicos, as reformas da Previdência Social e Trabalhista, enfim, o presidente interino está fazendo um desmonte de várias conquistas principalmente das pessoas mais humildes.

Encerra dizendo que vai continuar denunciando o que está acontecendo no Brasil e alertar a população sobre o que se perderá se Michel Temer continuar como presidente do Brasil.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Suspende a sessão, por até dez minutos, para que possa usar a tribuna, o sr. Nelson Virtuoso, prefeito da cidade de Presidente Getúlio, juntamente com a rainha e princesas, para divulgar a 21ª Expofeira Estadual do Leite, que realizar-se-á entre os dias 31 de maio a quatro de junho, na cidade de Presidente Getúlio. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Reabre a sessão e dá continuidade ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Fala sobre a comemoração da Semana da Família, especificamente o dia 15 do corrente mês, que é o Dia Internacional da Família, ressaltando que é a instituição mais forte e mais importante de toda sociedade. Lamenta que esta seja uma época de desmoronamento de todas as instituições, inclusive da família.

Destaca que as crianças são o principal fruto das famílias, a quem são transferidos os conceitos, valores morais e éticos, de geração para geração através dos pais, e que são também a parte mais vulnerável das mesmas.

Registra que no dia 18 de maio é comemorado o Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e declara que a sociedade está se mobilizando para coibir tais atos na medida em que as estatísticas provam o aumento do número de casos de crianças molestadas. Também os casos de negligência e violência psicológica têm sido denunciados, mas ressalta que os números são apenas a ponta de iceberg, e que a realidade é muito mais grave.

Neste sentido, em 1988, a pedido da deputada federal Rita Camata, foi instituído o Dia Nacional de Luta, reafirmando a responsabilidade do Poder Público e da sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as suas crianças. Cita também o Estatuto da Criança e do Adolescente, que preconiza que nenhuma criança e adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por

ação ou omissão de seus direitos fundamentais.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0531/2015, de autoria do governo do estado, que altera o art. 8º da Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social destinado a financiar apoio à inclusão e promoção social na forma do art. 204 da Constituição e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Darci de Matos, João Amin, Milton Hobus, José Nei Ascarí, José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi e Mauro Nadal.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o encaminhamento do Partido dos Trabalhadores pela abstenção.

[Taquígrafa: Cristiany]

Conforme acordado, pela solicitação do deputado Fernando Coruja, o Projeto de Lei n. 0541/2015 carece da manifestação do relatório verbal do deputado Darci de Matos, líder do governo.

Com a palavra o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, atendo a proposição de v.exa., faço o relatório do Projeto de Lei n. 0541/2015, uma vez que não tem relatório na comissão de Constituição de Justiça, não tramitou após quase um ano ter dado entrada nesta Casa. Este projeto institui o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito de Santa Catarina e estabelece outras providências. Este projeto está, pura e simplesmente, adequando a Lei nº 12.930, de fevereiro de 2004. Nós já temos a Lei das Parcerias em Santa Catarina. Muitos dos deputados que já estavam aqui votaram a Lei das PPPs no âmbito do estado de Santa Catarina. Já temos essa Lei. Ela não é nova e está sendo adequada à Lei Federal nº 11.079, que foi aprovada em dezembro de 2004. Portanto, este projeto de lei está propondo uma adequação à Lei federal.

Ora, o projeto de lei está calcado na promulgação da Lei das PPPs no Brasil, e, portanto, não temos dúvidas da sua constitucionalidade. Ela é evidente. O projeto foi elaborado calcado em parâmetros do estado. Portanto, o Executivo tem a prerrogativa única de instituir órgãos ou função de interesse administrativo. O projeto está com base no Regimento. No projeto, foram respeitados os aspectos das técnicas legislativas. Todos os aspectos que a comissão de Justiça teria que atender, e não o fez lamentavelmente, o projeto está respeitando. Portanto, o projeto tem fundamento legal. O meu relatório verbal é pela aprovação do projeto. E, posteriormente, vamos discutir alongadamente o mérito deste projeto.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Conforme orientação da assessoria, discutiremos o Projeto de Lei n. 0541/2015 e

depois encaminharemos os requerimentos do deputado Fernando Coruja.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0541/2015, de autoria do governador do estado, que institui o marco regulatório dos Programas de Parcerias Público-Privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Milton Hobus, Marcos Vieira, Darci de Matos.

Agora, deliberaremos os requerimentos do deputado Fernando Coruja.

Votação em turno único do Requerimento n. 05, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso VI do parágrafo 2º do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco regulatório dos Programas de Parcerias Público-Privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em votação.

Encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Milton Hobus, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Darci de Matos e Ana Paula Lima.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	abstenção
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim", dez votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o inciso.

Votação em turno único do Requerimento n. 06, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso II do caput do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco regulatório dos Programas de Parcerias Público-Privadas no

âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em votação.

Encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Darci de Matos, Kennedy Nunes e Dirceu Dresch.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Votação em turno único do Requerimento n. 07, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita votação em separado do Inciso IV do caput do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco regulatório dos Programas de Parcerias Público-Privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em votação.

Encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Marcos Vieira, Kennedy Nunes e Darci de Matos.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Votação em turno único do Requerimento n. 08, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso III do parágrafo 2º do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco regulatório dos Programas de Parcerias Público-Privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em votação.

Encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Darci de Matos e Dirceu Dresch.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim	DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA		DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK		DEPUTADO DALMO CLARO	sim	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não	DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
Está encerrada a votação.		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
Votaram 34 srs. deputados.		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
Temos 23 votos "sim", 11 votos		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não	DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
"não" e nenhuma abstenção.		DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não	DEPUTADO SILVIO DREVECK	
Está mantido o inciso.		DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
Passaremos a votação do Projeto de		DEPUTADO GELSON MERISIO		Está encerrada a votação.	
Lei n. 0541/2015 original.		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	Votaram 32 srs. deputados.	
Em votação.		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	Temos 24 votos "sim", oito votos	
Encaminharam a votação da presente		DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	"não" e nenhuma abstenção.	
matéria os srs. deputados: Fernando Coruja,		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	Está aprovado o Projeto de Lei n.	
Altair Silva, Marcos Vieira, Mário Marcondes,		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	0541/2015.	
Milton Hobus, José Milton Scheffer, Dóia		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	Finda a pauta da Ordem do Dia.	
Guglielmi, Jean Kuhlmann, Darci de Matos,		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não	Esta Presidência, por término do	
Dirceu Dresch e Luciane Carminatti.		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	horário regimental, encerra a presente	
Os srs. deputados que votarem "sim"		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não	sessão, convocando outra, ordinária, para o	
aprovam a matéria e os que votarem "não"		DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não	dia subsequente à hora regimental. [Taquígrafia:	
rejeitam-na.		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	Cristiany].	
(Procede-se à votação nominal por		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	<b>(Republicada por incorreção)</b>	
processo eletrônico.)		DEPUTADO MILTON HOBUS	sim		

## A T O S D A M E S A

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 023-DL, de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, nos dias 24 a 27 de maio do corrente ano, a fim de viajar a Valparaíso, no Chile, com o objetivo de participar do Seminário de cultura e patrimônio como eixos de integração entre as nações.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 23 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária  
Deputado Maurício Eskudlark - 4ª Secretária

Of.GKN/049/17 Florianópolis, 18 de maio de 2017.

**Excelentíssimo Senhor  
Deputado Silvio Dreveck  
Presidente da Alesc**

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, acatado determinação do Excelentíssimo Deputado Kennedy Nunes, solicito a Vossa Excelência autorização para o mesmo se ausentar do país, nos dias 24 a 27 de maio do corrente ano, quando estará em viagem a Valparaíso - Chile - onde irá participar do Seminário de cultura e patrimônio como eixo de integração entre as nações.

Limitado ao exposto e, contando com o seu deferimento, aproveito a oportunidade para reiterar votos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Custódio de Souza  
Chefe de Gabinete**

Lido no Expediente  
Sessão de 23/05/17

\*\*\* X X X \*\*\*

### A T O S D A M E S A

#### ATO DA MESA Nº 344, de 24 de maio de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**DISPENSAR** a servidora **DEYSE APARECIDA FERREIRA**, matrícula nº 6327, da função de Assessoria técnica-administrativa - Atendimento aos Usuários, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de

Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2017 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 345, de 24 de maio de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**DISPENSAR** o servidor **ROBERTO TAGLIARI LIMA**, matrícula nº 976, da função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de maio de 2017 (MD - Consultoria Legislativa).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 346, de 24 de maio de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**DISPENSAR** a servidora **RENATA BRESCIANI**, matrícula nº 7177, da função de Chefia de Seção - Telefonia Fixa, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2017 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 347, de 24 de maio de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**Art. 1º DESIGNAR** a servidora **DEYSE APARECIDA FERREIRA**, matrícula nº 6327, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Multimídia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2017 (DTI - Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento).

**Art. 2º** Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, a servidora não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 348, de 24 de maio de 2017**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1139/2017,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ANNE LEONOR VIEIRA**, matrícula nº 1497, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O BIOMA DA MATA ATLÂNTICA, NOSSA CASA COMUM, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2017, ÀS 9H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT DA ALESC**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cíntia Sché)** - Bom dia, nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública para debater sobre o Bioma da Mata Atlântica, Nossa Casa Comum, proposta pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera.

Para compor a mesa de trabalhos, convidamos as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor, autor do requerimento, que ensejou esta audiência pública, Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; o reverendíssimo senhor dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo da arquidiocese de Florianópolis; o reverendíssimo senhor dom João Francisco Salm, presidente do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o senhor Deputado Estadual Cesar Valduga, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o senhor Deputado Estadual Darci de Matos; o senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi, membro Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o senhor Eduardo Zimmermann e Silva, o senhor secretário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, representando o senhor Carlos Alberto Chiodini, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; o senhor João Pimenta, Procurador Jurídico da Fatma, representando o senhor Alexandre Waltrick Rates, presidente da Fatma.

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades: Anésio da Cunha Marques, coordenador regional substituto da Coordenadoria Regional de Florianópolis do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (CR9 e ICMBio); Vânio Francisco Salm, assessor parlamentar, neste ato representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima; senhor Ademir Reis, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, diretor do Instituto Herbário Barbosa Rodrigues e pesquisador da flora catarinense; Lorenzo Rioji Sogabe, coordenador de Educação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda; Irmã Terezinha Menegat, representando a diocese do Município de Lages; Lizandra Carpes, assessora da Campanha da Fraternidade da Diocese do Município de Joinville; reverendíssimo padre Carlos Evangelista, da diocese do Município de Blumenau; Valdecir José Sens, assessor parlamentar, representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; Édina Antunes, coordenadora do Centro de Educação Ambiental da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Affesc).

Convidamos a fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, para que conduza os trabalhos da audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Bom dia a cada um e a cada uma de vocês; quero desejar a todas e a todos boas-vindas a nossa audiência pública, que neste momento damos início nesta Casa Legislativa. Uma iniciativa proposta pelo Regional Sul 4 da CNBB Santa Catarina para oportunizar às lide-

ranças de todas as nossas regiões do Estado de Santa Catarina o debate, a reflexão e ao mesmo também para tirarmos daqui encaminhamentos, ações concretas no que diz respeito à temática proposta pela Igreja no Brasil, à CNBB, este ano sobre os biomas.

Nós já tivemos neste ano, nesta Casa, a oportunidade de fazermos uma sessão especial alusiva à temática da Campanha da Fraternidade, e na oportunidade, dom Francisco e dom Wilson, nós tivemos aqui a presença de todos os nossos Bispos de todas as dioceses que compõem o Regional Sul 4 de Santa Catarina e num conjunto de lideranças. E já era decisão do Regional Sul 4 da CNBB, aqui do nosso Estado, de fazer, construir este momento.

E assim, como Parlamentar, eu quero agradecer à Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que prontamente, na pessoa do Deputado Valdir Cobalchini e de todos os integrantes da Comissão, de aceitar e de proporcionar este momento de debate e reflexão em torno dessa temática.

É importante também não passar despercebido, queridos colegas deste Parlamento, de que o Papa Francisco já com mais antecedência, traz toda essa temática, batendo com a sociedade Mundial no que fazia referência ao *Laudato Si*, à casa comum, o debate sobre o planeta, em todas as suas dimensões e relações.

Então esperamos que este momento possa nos ajudar a construir ações concretas para que nós possamos enfrentar de frente o problema que está agonizando, não só as questões do ecossistema, mas a vida como um todo. E nós, como defensores da vida, temos que coletivamente fazermos algo. Todos, no conjunto de todas as dimensões que compõem este nosso planeta. Talvez tardiamente, mas sempre é oportuno.

Então agradeço aqui a todas as lideranças presentes, às dioceses; e aqui quero fazer menção à presença de representantes das dioceses de Tubarão, Joinville, Blumenau, Lages, Florianópolis, Caçador e também tem gente a caminho, como dizia o padre Luciano; certamente outras diferenças também se farão aqui presentes, além de todas as mencionadas. Mas conforme o que foi construído, eu sei que os Deputados têm todos os seus encaminhamentos de Comissões, e todos nós participamos aqui basicamente três, quatro, cinco até seis Comissões Temáticas dentro desta Casa. E eu sei que tanto o Deputado Valduga, como o Deputado Darci de Matos e o Deputado Dóia também têm os seus compromissos diretos nas suas Comissões, é uma Casa que vive esta dinâmica, e concentra todos os seus trabalhos na terça-feira e na quarta-feira, basicamente nesses dois dias, aqui, internamente, estão recheados de atividades.

Mas nós gostaríamos, com a permissão dos senhores Deputados, de ouvirmos inicialmente a fala aqui do nosso convidado especial para essa nossa audiência, que é o senhor Ademir Reis, que fará sua manifestação, até nos ajudando a compreender aquilo que nós estamos debatendo aqui.

Então, professor Ademir Reis, nós gostaríamos que o senhor se dirigisse à tribuna para fazer a manifestação que introduz e, ao mesmo tempo, também serve como embasamento do debate que nós aqui estamos realizando através desta audiência pública.

Passo a palavra ao senhor Ademir Reis, diretor do Instituto Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí, e pesquisador da flora catarinense.

**O SR. ADEMIR REIS** - Bom dia a todos. Eu fico extremamente alegre por estar aqui podendo falar para tantas autoridades, eclesiais e estaduais. Vou tentar jogar algumas ideias do que hoje seria a realidade da mata atlântica.

Falaram em um retrato. Por que eu não gosto de retrato? Porque retrato é uma coisa parada, e a mata atlântica é uma coisa tão dinâmica que a ideia de retrato passa a ficar muito complicada. Eu não consigo prender todo o contexto da mata atlântica num retrato.

*(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)*

Essa é uma obra já publicada em 1970, *(aponta para a imagem)* resultado das pesquisas realizadas no Herbário Barbosa Rodrigues, em Itajaí, na figura do padre Raulino Reitz e do padre Roberto Miguel Klein, que montaram quais os diferentes tipos de vegetação que este Estado tem, no que hoje tudo é englobado dentro da Lei da Mata Atlântica, lei que englobou diferentes comunidades vegetais nesse processo.

Eu não vou entrar nisso, pois seria superdetalhado, tem um livrinho que acompanha isso, mas eu gostaria de lembrar cada ponto para a gente ter uma ideia da real situação. Isso seria a cobertura original do Estado, e hoje nós vamos ter fragmentos disso aí. Mas a gente tem que pensar então no sentido leste oeste, nós temos uma vegetação litorânea que está em vermelho ali, *(aponta para a imagem)* que é uma deposição, é a floresta mais recente que a gente tem, geologicamente, a formação do quaternário há dez mil, quinze mil anos em que se formou esse processo de deposição de areia, e nós temos grandes restingas e manguezais que cobrem esta área.

É importante lembrar que esta é uma área de alta pressão antrópica devido à especulação imobiliária, às cidades, etc. Ele tem toda uma regulamentação, mas a gente tem constantemente problemas nas áreas de manguezais, nas áreas de restinga. A especulação imobiliária está nos preocupando e usando muitas vezes a questão das condições sociais, dos que não tem onde morar, ocupando essas áreas e depois tornando possível que outros empreendedores também possam ocupar.

Depois, na parte verde, nós temos um complexo mais tropical e mais biodiverso da mata atlântica em Santa Catarina, que é a floresta ombrófila densa, aqui chamada de floresta mata atlântica. E aqui é importante lembrar que essa floresta sofre uma grande variação conforme a altitude. Então nós temos até 50 metros uma tipologia, até 200, outra. Agora, até 400 metros de altitude nós tínhamos uma grande diversidade, era a maior diversidade que nós tínhamos, mas se sobrepormos uma linha altimétrica, neste mapa, vamos ver que até 400 metros, praticamente, nós não temos mais remanescentes florestais. Tudo foi destruído em função de que é área da agricultura é a área em que as cidades estão. Então o que nós chamávamos de floresta ombrófila densa de terras baixas e submontana, praticamente hoje nós não temos mais conservação deste material.

Quer dizer, esta é uma preocupação, nós não temos que pensar só: Ah, tem a Serra do Itajaí, vamos fazer uma conservação; lá tem uma estrutura, quando eu penso aqui no litoral, quando eu penso nas menores altitudes, é outra realidade. Então a gente tem que pensar numa visão de conjunto como que isso aí se coloca.

No planalto, aí sobe, essa vegetação vai até 1.200 metros em alguns locais, mas em geral quando chega no planalto, altitude de 900 metros, nós temos uma variação extremamente grande, porque geologicamente é diferente, nós temos o grande derramamento do basalto. O solo é diferente, enquanto que o litoral é um escudo cristalino, aqui é o derramamento de basalto. Os solos com uma degradação em que se tornam solos extremamente férteis, ou inférteis, dependendo de várias situações do alto teor de alumínio, alto teor de fósforo. Então, temos uma grande variação nessa região desse derramamento de basalto *(aponta para a imagem)*.

Aqui *(aponta para a imagem)* gente vai encontrar o que está em marrom, que era a grande floresta da araucária, das imbuías, das canelas, foi a maior produção de madeira que a gente pode pensar no Estado. E estava associada a esta região, quando eram solos profundos; e quando o solo é raso, nós temos os campos naturais, que também tiveram, economicamente, um fator importante, porque começa a colonização de Santa Catarina mandando carne para São Paulo, etc., através das tropas.

Então é uma área bastante afetada; aí nós temos algumas unidades de conservação, que são representativas e devem mais trabalhadas. Mas eu insisto muito nos últimos anos que, infelizmente, por uma questão legal, eu participei dessa discussão em nível de Conama, Santa Catarina não tem campos de altitude, não caracterizou esta figura. Quer dizer, caracterizou que acima de 1.500 metros têm campos de altitude, aí nós vamos ter isso apenas no Campo dos Padres um pequeno pedacinho que é campos de altitude; ou seja, nós desprezamos a ideia de que os campos têm valor como ecossistema.

Eu diria que hoje é a tipologia vegetacional mais comprometida no Estado, comprometida pelas plantações de pinus, de eucaliptos, pelas cidades, pela agricultura e pelo fato de não ter políticas públicas que estejam preocupadas com esta área.

Praticamente nós temos unidades de conservação, o Campo dos Padres, que é uma área relativamente preservada. O Campo dos Padres estaria nessa região aqui, nesta parte amarela, *(aponta para a imagem)*, nas regiões mais altas do Estado. E aqui os grandes campos, Coxilha Rica; aqui os campos de Irani, de Curitibaanos. Esta é a região mais afetada, porque também a agricultura interessa aos campos. Se antigamente o solo era ruim, hoje você pode corrigir, pode mecanizar.

Então se tivesse hoje que pensar em uma unidade de conservação mais prioritária, nós teríamos que pensar nos campos do planalto, Sul do Brasil, porque nós temos pouquíssimas unidades conservadas. E a legislação catarinense tirou isso fora, disse que não existe campo de altitude em Santa Catarina. Nós brigamos no Conama, brigamos no Estado, propomos legislações, mas infelizmente isso está no Código de Santa Catarina.

A parte verde, que representa também uma floresta verde mais clara, uma situação de solos também extremamente férteis que formam a bacia do rio Uruguai, área muito declivosa, mas com solo de terra roxa, excepcional, que o pessoal dizia que plantava milho com espingarda e colhia a laço, porque o solo era fértil e que também representaria, no meu ponto de vista, a segunda tipologia vegetacional mais comprometida do Estado. Primeiro os campos, depois a floresta estacional decidual ou a floresta do rio Uruguai, em função também desta ocupação.

Mas uma luzinha no fundo do túnel surge, agora, porque com essa nova mudança da Lei da Mata Atlântica, com a questão econômica dessa região mais voltada à agroindústria, praticamente a produção de grãos não está mais ali, vem de fora, e os agricultores apenas compram milho, soja, etc. em outras regiões que eles compensam mais.

Então nós temos grandes áreas em regeneração natural da floresta estacional decidual, que está em sucessão; então isso poderia dar uma boa luz de que essa foi uma política interessante para o Estado, essa mudança de produção de grãos mais para o Mato Grosso, nós fomos favorecidos aqui.

Então essa é uma ideia geral. Essa questão cinza *(aponta para a imagem)* apenas está salientada porque são regiões muito altas como a vegetação bem específica, que nós chamamos de matilhas nebulares, florestas baixas, que estão sempre cheias de nuvens e que tem características muito peculiares e, até por uma questão de altitude, elas estão relativamente bem conservadas. Então é interessante que não ofereceram questões econômicas no processo.

Vejam, eu estou julgando assim bem rápido para vocês terem uma ideia e já levantando alguns problemas. E eu vou chamar a atenção de algumas situações que eu acho que sejam pertinentes para a gente pensar como ter alguma política de conservação para esse processo como um todo.

Vejam, então, a ideia do que era, a gente tem que pensar - e eu quero chamar atenção aqui, porque nós fomos treinados - e talvez a maioria de vocês fiquem pensando, inclusive outro dia eu encontrei com alguém numa reunião e me disseram: Mas como colocaram a araucária como espécie ameaçada, se eu viajei de Lages para cá e eu vi araucária o tempo todo.

Então nós temos um problema de formação em que o pessoal vê as coisas macro, mas nós temos que pensar que quando se fala no ecossistema, nós temos uma diversidade alfa, que são as espécies, aquilo que a gente vê grande, mas dentro das espécies nós temos uma diversidade beta, nós temos que ter variabilidade genética das espécies para poder sobreviver, é isso que eu diria que é o grande comprometimento, é aquilo que a gente não vê. Se a gente vê um pinheiro com endogamia, tudo bem, mas se a gente vê uma pessoa doente, a gente sabe o que aquilo representa.

Então a gente não sabe avaliar aquilo que eu chamo de depressão endogâmica; as plantas sofrem de depressão quando elas são restritas a ambientes, os animais também, e as pessoas também sofrem de depressão e a gente sabe o quanto que isso representa.

*(Continua a exibição de imagens)*

Então é pensar que o problema número um, é fragmentação, é ocupação dessas áreas. E aí novamente eu lembro, fragmentação no sentido macro, nós temos agora aqui pequenas gaiolas - vamos pensar assim, pois eu gosto de comparar - em que temos plantas e animais presos, pensem ali em cada pedacinho desses como um zoológico e uma floricultura que as plantas começam a ficar presas porque não

podem fazer reprodução com outros grupos. Então, geneticamente, isso é uma problemática. Então aquilo que a gente não vê é o problema. Por quê? Pelo fato de estar fechado eu estou tendo depressão endogâmica das espécies, dos animais, dos micro-organismos e de tudo o que ocorre aí.

E aí vocês imaginem a complexidade, porque como é que a gente vai brigar por uma coisa que ninguém vê? Ah, depressão endogâmica. Mas na nossa linha de pesquisa a gente vê que é uma coisa... cada vez que a gente vai examinar uma planta e percebe como é que ela está estruturada, aí a gente sente o pavor que é o processo que se levou no processo de conservação.

Então esta é a ideia, gaiolas ou floriculturas prendendo plantas e animais. Agora, vamos pensar também em outros aspectos, vamos pensar nos serviços ambientais que nós estamos perdendo. Isso é fundamental, porque podem dizer assim: "Ah, o professor está preocupado somente com as plantas e com os animais." De jeito nenhum, nós estamos pensando nas questões dos serviços ambientais que o ecossistema nos dá. Quer dizer, quando eu tenho um ecossistema, que tem cobertura florestal, tem animais, tem microrganismos, tem solo, eu vou ter água boa, eu vou ter oxigênio bom para as populações viverem.

Temos que pensar que está tudo relacionado... A natureza não está separada lá, o meio ambiente e o outro. Nós temos hoje uma dicotomia: "há o meio ambiente é na área rural a cidade não precisa se preocupar com o meio ambiente." O que é isso? Vamos pensar no conjunto como um todo, de que quando eu desequilíbrio diferentes situações, isso vem a nos afetar, os nossos serviços ambientais ficam comprometidos.

Imagine, por exemplo, Florianópolis parece que não tem problema de água. Vão lá olhar a captação de água. Eu não tenho coragem de tomar aquela água, infelizmente, porque eu estou vendo acima da captação plantação de tomate, pastagens, banheiros, etc., sem o mínimo cuidado. Não estou criticando a Casan, mas é a realidade de uma cidade que ainda é melhor do que a maioria dos outros do Estado.

Então pensem que a água é uma situação bem complicada quando a gente começa a quebrar em gaiolas o meio ambiente.

Este é um mapa (*aponta para a imagem*) também produzido no Herbário Barbosa Rodrigues, e depois isso é usado, a Fatma publicou isso, etc. Ele mostra onde estão os grandes remanescentes do Estado. Isso já vem desde as década de 1970, década de 1980. Então vocês vejam o seguinte, é fácil de a gente associar: Serra do Tabuleiro, é um complexo maravilhoso. Como é que está a situação da Serra do Tabuleiro? Tem um plano de manejo? Está conservado? Já desapropriaram? De fato, está havendo conservação *in situ* aqui? Continuam os animais protegidos ou, como eu vi recentemente, um rancho de caçador com dez cabeças de jacutinga, que é um animal com alto risco de extinção no Estado. Então vejam que é um grande fragmento.

Serra do Itajaí, um grande fragmento, que hoje tem uma unidade de conservação. Felizmente a gente também tem que olhar pelo ponto de vista de que quando se cria uma unidade de conservação, ao menos a gente começa a ter restrições dessas áreas. O complexo dos Aparados da Serra, até por uma questão de impossibilidade de se ocupar isso, está conservado, então nós temos um grande remanescente.

Temos algumas situações mais verdes no Vale do Itajaí, no norte do Estado o complexo de Joinville, Quiriri, Campo Alegre estão relativamente bem conservados, também por uma questão, novamente, de altitude.

Então vejam, se eu colocar uma linha de 400 metros aqui, abaixo de 400 metros praticamente não temos mais ambientes naturais conservados. No planalto, araucária. Nós não temos mais nenhum fragmento grande; não temos mais fragmentos de campos naturais, esses praticamente eu diria que, talvez, a Coxilha Rica seria uma das áreas um pouquinho mais protegida na região de Lages. E a floresta estacional decidual também não aparece mais. Quer dizer, são pequenos fragmentos que estão contendo pequenas gaiolinas nesse processo.

Nós temos que pensar em políticas públicas favoráveis e desfavoráveis para a conservação no Estado, acho que temos que fazer uma análise crítica no que está aí, e não vai ser em meia hora que eu vou conseguir fazer. Eu acho que em uma audiência pública vocês têm condições até de chamar mais atenção para isso.

Têm coisas boas, têm coisas ruins, então nós temos que pensar em como trabalhar isso; e eu vejo que a grande dicotomia do

Estado é essa questão do meio urbano e do meio rural. Esta mentalidade que existe, de que quem deve cuidar do meio ambiente é o meio rural, traz problemas sérios. Os agricultores também têm problemas, porque a legislação está cada vez mais pressionando eles...

Depois eu vou mostrar uma imagem, quando a gente produziu esta pequena cartilha para pequenos produtores rurais, junto com o Ministério Público, o Promotor de Justiça, doutor Luís Eduardo Couto, que agora não está mais aqui; ele assumiu, aqui neste pequeno livro, de que o pequeno proprietário tem direito, conforme a legislação, de fazer sistemas agroflorestais. Eu pergunto: por que este Estado não tem prioridade de pesquisa dentro de uma Embrapa, dentro da Epagri, não é que não tenha, mas não é prioridade, para produzir sistemas agroflorestais para o pequeno produtor? O grande produtor acho que está na hora de deixar ele se virar um pouquinho, mas o pequeno produtor tem que ter prioridade.

E aí a pressão sobre o pequeno produtor é extremamente grande, sem muitas alternativas econômicas. Eu vejo isso como uma questão séria, de que o meio urbano poderia se comprometer, por exemplo, tendo que garantir o consumo de produtos orgânicos. Está na hora de a gente começar a priorizar, a educar as pessoas. Com isso nós vamos melhorar o quê? Nós vamos melhorar o campo. Percebam, a cidade começa a influenciar a questão econômica no campo, nas pequenas propriedades e na questão familiar, se nós começamos a dizer: agora vamos quebrar a produção de, sei lá. Qual é o leite mais consumido neste país? É Nestlé. Aí a gente começa a entender que a gente não prioriza a questão rural do jeito que ela é. Eu estou dando apenas um exemplo para vocês se darem conta da situação.

Então esses posicionamentos do primeiro, do segundo e do terceiro setores é fundamental; quer dizer, está faltando, o que nós chamamos hoje, é uma questão internacional de concertação. Vejam isso aqui é uma orquestra, e nesta orquestra se tem alguém desafinado, desafina tudo. Os setores estão afinados em políticas públicas para, de fato, fazer a conservação e trazer um bem comum para as comunidades em que vivem? Acho que esse é o ponto que fere, porque a gente vê a corda puxando para todos os lados. É claro que quando falta concentração começa a desafinar. Então nós estamos desafinados no sentido da relação com a natureza, o homem não aprendeu ainda a viver com a natureza. Esse é um desafio muito sério, porque nós somos capitalistas, nós queremos o poder.

E aí essa relação dos posicionamentos dos políticos com os proprietários, com os que mandam no país; e hoje eu vejo extremamente interessante que nós estamos aqui por uma questão trazida pelo Papa Francisco, que entrou nesta orquestra como alguém que está preocupado com o meio ambiente também, o que é uma coisa agradável de ver.

Nós temos uma concertação, necessária de ser feita. E por que não se faz concertação? Claro, têm os interesses pessoais, que é complicadíssimo; mas eu diria que o eixo principal ainda é a formação de recursos humanos. Se nós tivermos pessoas eticamente conscientes da necessidade de convivência, e isso só se faz, de fato, orientando as pessoas, é a possibilidade de nós termos melhorias significativas no processo.

Aqui (*aponta para a imagem*) somente para chamar a atenção, talvez eu até esteja insistindo demais na questão dos campos de atitude, que eu briguei muito em Brasília e briguei no Estado. Essa aqui é a região do Quiriri, que graças a Deus está conservada, em função até da dificuldade. [*Taquigrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Nesta próxima imagem, vejam vocês como a natureza é complicada. Quer dizer, o Quiriri está conservado, está ótimo. Mas lá embaixo tem uma plantação de pinus e olhem onde o pinus está chegando: em uma região a que o homem nem tem acesso.

Então nós temos também um processo seriíssimo de contaminação biológica. Áreas que podem ser afetadas por tipos de agricultura ou silvicultura etc, e que alcançam lá. Pinus, hoje, é um problema no Estado de Santa Catarina para essas regiões de altitude. Então tem que ter políticas claras dentro da Fatma, dentro do Ibama, dentro do ICMBio, dentre os políticos, segundo as quais, se querem plantar pinus, plantem - eu sempre fui defensor da plantação de pinus. Agora, eles são responsáveis por manter essas áreas limpas.

Foi muito interessante uma ação civil pública criada nos Aparados da Serra na qual os plantadores de pinus tiveram que fazer uma limpeza dos pinus que estavam lá, para pagar escaladores etc. A gente tem que pensar quem é o responsável, às vezes, de... 40, 50 quilômetros de distância, e eu estou afetando uma área extremamente



sensível. Para vocês olharem aqui, quando forem para o sul, olhem o Pico do Cambirela e vocês vão observar a quantidade de pinus que tem em cima do Cambirela. Claro, mais embaixo, no próprio Parque do Tabuleiro, nós temos ainda remanescentes, que nunca foram tirados, de milhares de pés de pinus que ficaram ali e está na hora de um plano de manejo - do Tabuleiro, que não tem - para tirar esses pinus como a primeira necessidade para fazer a devida conservação do conjunto.

Eu vi a publicação no jornal, fiquei supercontente com isso aí. Uma compensação com a Litoral Sul, não é?

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Já foi lícitado o Plano de Manejo da Serra do Tabuleiro.")*

Sim, sim, isso também. Mas eu vi também a compensação da Litoral Sul de retirar pinus. Achei excelente a ação.

Isso aqui é Coxilha Rica (*aponta para a imagem*), outra região que é a flor do Estado no sentido dos campos - tem mais uma imagem aí. Uma área que não sei até quando a gente vai poder manter, porque agora está todo mundo de olho em cima na Coxilha Rica. Tomara que o olho seja turístico, de trilhas etc., para manter essa região que hoje representa os únicos remanescentes de campos naturais do Estado.

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Tem muito milho plantado lá.")*

Tem, tem, com certeza. E pinus também. Pode passar.

Olhem, cada um inventa de fazer um bom passeio e preservar essa área.

Outra questão que a gente brigou muito foi de que as regiões mais altas, acima de 1.400 metros, fossem mantidas como APP; depois surgiu um fato novo de que a fruticultura de Santa Catarina tem um grande campo aberto nisso aí. Então precisava regulamentar também essa questão de fruticultura, mas na regulamentação, o que fizeram? Ah não tem campo de altitude. Quer dizer, foram para o outro lado, totalmente alheio ao processo. Separa áreas de alta importância na produção de frutíferas de altitude e deixa as outras áreas de preservação. Então a gente ficou com certa confusão de concertação desse processo.

Campos do Irani. E aí, novamente, eu insisto: para mim, a grande prioridade do meio rural é o desenvolvimento de pesquisas em cima de sistemas agroflorestais. O pequeno produtor tem que ter isso gente, tem que ter alternativa, mas tem que ter sabe o quê? A valorização do seu produto no meio urbano. Acho que é o grande papel da cidade, protegendo o pequeno produtor, eles terem pesquisa, eles terem como produzir produtos orgânicos e, ao mesmo tempo, o consumo na cidade estar garantindo isso. Porque aí ele vai preservar, ele pode ser, hoje... Se a gente colocar um Estado que tem 90% das propriedades com pequenas propriedades, isso tem que ser prioridade máxima, gente. Tem que ser prioridade garantir que esse pessoal se mantenha no campo produzindo de forma a não comprometer mais ainda o meio ambiente.

As unidades de conservação são as mundialmente tidas como as melhores formas de fazer conservação *in situ* da natureza. E aí, vejam, nós temos aí quatorze unidades federais, dez estaduais - eu não sei se está atualizado, pode ser até que não, que tenha mais. Mas isso aí é a última coisa que eu tenho: municipais, particulares, e outras enquadradas. Então nós temos 185 unidades de conservação. Tentem observar quais delas têm plano de manejo. Quer dizer, agora o Tabuleiro saiu, o Rio Vermelho já saiu...

Imaginem, quando foi criado o Tabuleiro? Eu me lembro que eu era ainda funcionário do Herbário, ia entrando na universidade... Então nós temos que, de fato, pensar no circuito de corredores ecológicos - outra experiência excepcional que o Estado teve, que está meio desativado, eu diria, no momento, e que precisamos recuperar.

Aqui (*aponta para a imagem*) o corredor Chapecó, o corredor Timbó, esses foram umas das experiências talvez mais interessantes deste Estado, na qual o pequeno produtor, de fato, tinha incentivos para se manter e produzir nessa região. Mas aí acabou o financiamento, não sei, eu tenho impressão de que esse projeto, pelo que eu escutei, tem problemas sérios de continuidade. Mas teríamos que ter corredores.

Olhem só as manchas verdes que nós temos aí: em quantos outros corredores nós deveríamos ter esse processo?

Parques urbanos, gente. É outra preocupação extremamente importante e os políticos têm que começar a ver. Vão aos finais de semana lá em Coqueiros, venham aqui no Córrego Grande ver a ânsia que as pessoas têm, de fato, de ter contato com natureza. Parece que em Santa Catarina a gente não teve muito essa coisa, parece que a praia quebrou isso, que o bom é praia. Mas nós temos

que criar parques urbanos, porque a conservação dentro do meio urbano garante pastos, garante água, garante bem-estar às pessoas. Não temos política para isso. Você vai a outros países e vê a preocupação com a questão de parques urbanos, com a necessidade de levar as pessoas ao contato com a natureza. Quer dizer, o meio urbano tem que ter essa relação, já que o meio rural tem isso já de sobra.

Espécies ameaçadas de extinção. Temos uma lista excepcional de animais, uma lista de plantas - eu participei, o Herbário foi o responsável pela lista de plantas. O que nós fizemos, nós pesquisadores, colocando um animal na lista de ameaçados de extinção? Nós dissemos: tem que ter políticas para ele deixar de estar em extinção. Não é para entrar numa lista para não deixar construir lá naquela área ou coisa assim. É para ter, de fato, um programa para tirar a espécie ameaçada de extinção.

E a gente vem insistindo muito na questão dos programas. Eu diria que hoje não há programa para nenhuma espécie ameaçada em Santa Catarina. Para vocês terem uma ideia, por exemplo, em plantas que eu trabalho, são cento e tantas espécies ameaçadas de extinção. Eu diria que técnicos de ICMBio, Ibama, universidades, conseguem reconhecer no campo, talvez, 10% das espécies. Não conseguem nem reconhecer, como é que vão proteger se nem a espécie é conhecida? Como é que vão garantir o inventário de uma área para a liberação ou não, se lá tem espécie ameaçada de extinção? Se não é levantado, não tem e acabou-se, lá se vai.

E a gente já sabe a dificuldade de ter esses inventários, às vezes, ainda, que o proprietário acaba vendendo. Por exemplo, a gente tem agora um caso excepcional de um Rima que saiu do Campo dos Padres, de um campo de produção de energia eólica, que tem uma afirmação tranquila, gente. É uma área que não vai ter problema, ela está toda degradada. Não tem mais árvores no Campo dos Padres. Está lá, dentro do Rima! Olhem a visão de um técnico colocar uma afirmação dessas. Quer dizer, a hora que chegar um documento desses no Ibama, ICMBio, gente, esse cara tem que ser cassado profissionalmente, dizer uma questão dessas. Claro que é o interesse econômico que está por trás, no contexto.

Plantas, por exemplo, o butiá. Virou moda plantar butiá na cidade de Florianópolis. O que é isso? Uma espécie, mudinha capitata, lá do planalto, que está superameaçada... O pessoal arranca a árvore inteira e planta aqui na cidade. E não planta só aqui: está saindo no porto, mandando para a Europa. Sai em contêineres com outro nome, para vocês terem ideia. Exportando butiá, porque é uma planta linda e que resiste ao frio, os europeus adoram ter uma palmeira. Então você vê, qual é a política? É uma espécie que mereceria, porque tem interesse alimentar, é uma espécie extremamente ornamental. Tem alguma política de preservação dessa espécie? Não tem. Mas outras também.

Aqui, no cantinho, (*aponta para a imagem*) eu botei bem no cantinho só pra vocês perceberem, uma espécie que a gente trabalhou durante muitos anos, aquela bromeliázinha cheia de espinhos. Até meu pai dizia: "Por que você vai cuidar tanto de uma planta cheia de espinhos? Pra que serve isso?" Que era a estáquia, que não existe mais no nosso território. Foi totalmente extinguida pela construção das barragens de Itá, Machadinho, Barra Grande.

Outra questão, uma política extremamente séria, gente. É o seguinte: está destruindo? Está. Mas nós temos, hoje, políticas federais fortes sobre a questão de recuperação de áreas degradadas. Então, os PRADs, os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, têm que ter, de fato, condição de no mínimo criar uma base para que essas áreas possam se recuperar. Qual é o problema número um? Vocês podem ir a todos os viveiros de Santa Catarina, viveiros e produção de mudas, e perguntem onde eles colhem sementes. A maioria vai ser urbana. De quantas árvores? De uma, duas árvores. Significa que nós estamos plantando... vejam essa política, vou plantar uma mudinha no Dia da Árvore. Dá uma friagem no corpo, porque eu sei que nós estamos incentivando a plantar mudas irmãs. Portanto estou produzindo endogamia, eu não estou fazendo recuperação.

Mas por que isso? Porque tem que pressionar, tem que orientar os dinheiristas, tem que pressionar os fiscais que fazem os PRADs. Não que eu queira culpar, são quase todos meus ex-alunos lá da Fatma, mas eu sei da dificuldade que eles têm até de se renovar como recurso humano para buscar conhecimentos para de fato cobrarem. Porque, de fato, o que interessa é a genética, e não aparência.

É muito comum a compensação, coloquei junto ali. Ah, vamos derrubar uma araucária? Planta cinquenta! Mas que cinquenta?

É número que importa? Vou plantar mil, dois mil? Não, talvez plantando dez seja melhor do que plantar cinquenta, desde que tenha uma coleta de árvores separada etc., que tem toda uma metodologia hoje relativamente bem desenvolvida. Mas nós não temos coragem.

Eu digo que mudas, viveiros, são um tabu tipo sexo foi durante muitos anos. Produção de mudas é o maior tabu porque todo mundo acha que se plantar mudas está fazendo o bem - e está fazendo mal, porque a origem da muda não é boa. Portanto, você está produzido depressão endogâmica na área que você colocou.

E com isso, claro que eu tenho pouco tempo e eu teria gosto de falar muito mais coisa, mas eu queria falar que há necessidade de políticas públicas. Há necessidade de concertação nos diferentes setores - não quero aqui culpar esses setores. Eu sei os problemas do ICMBio, da Fatma, dos Deputados, quer dizer, cada um tem seus problemas. Agora, está na hora de quebrar esses paradigmas de que o meio ambiente é bom, mas é complicado. Parece que não vale a pena mexer com isso porque mexe na economia, mexe com o vizinho, mexe com não-sei-quê.

Parece que o Papa Francisco disse: "Gente, alertem! Isso não é assim. Vamos buscar, de fato, o bem comum, vamos buscar os serviços ambientais e, para isso, temos que buscar melhorias".

Eu gosto muito da posição do Leonardo Boff, que disse que o grande pecado que cada um pode produzir é fazer alguma coisa que fique para a geração seguinte. Gente, olhem a seriedade disso: eu produzo um problema aqui que a geração seguinte vai sofrer. Olhem, isso é sério! Isso é um pecado muito grande.

Agradeço e fico à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigado, Professor Ademir Reis.

Dando então continuidade aos nossos trabalhos, a gente poderia recompor a mesa.

*(O senhor Presidente recompõe a mesa de trabalhos.)*

A partir deste momento, abriremos espaço para as manifestações. E, claro, eu acho que nós aqui poderíamos até fazê-las de forma intercalada: de repente uma ou duas pessoas da plateia, um integrante da mesa, até para a gente interagir aqui de forma mais dinâmica durante as manifestações.

Com exceção dos participantes da mesa, que podem ocupar os microfones que temos aqui, todos aqueles e aquelas que irão se manifestar, nós gostaríamos que o fizessem da tribuna, porque isso facilita a própria gravação, que depois vai ser por várias vezes reproduzida pelo sistema de comunicação aqui da Casa. E seria bom que a gente também fosse se identificando conforme vai se manifestando.

Temos aqui a Denise, funcionária da Casa, que vai nos ajudar na organização das manifestações. Quem quiser se manifestar já vai se dirigindo a ela para que a gente possa fazer isso.

Então o espaço está aberto, a partir da explanação do nosso orientador e professor Ademir, às manifestações.

Com a palavra o reverendíssimo dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo da arquidiocese de Florianópolis, para sua manifestação.

**O SR. ARCEBISPO D. WILSON TADEU JÖNCK** - Agradeço a oportunidade, Deputado Padre Pedro.

Quero saudá-lo e saudar também todos os membros da mesa, todos os que participam desta audiência.

Depois de escutar o professor Ademir, a gente se sente meio pequeno, não é. Porque, de fato, ele estuda, ele tem conhecimento mais vasto e a gente tem certas impressões. Mas tenho que falar dentro daquilo que é a minha percepção, e por isso também acho que uma audiência como esta é tão importante. A gente vai alargando o conhecimento, as coisas que já existem.

Começaria dizendo que eu fico muito contente com aquilo que se está fazendo, tanto da parte do governo como de todas as Comissões e das universidades. Eu sempre me impressiono, eu acho que foi uma grande conquista as universidades, as Comissões que se reuniram e mapearam Santa Catarina, fizeram uns quinhentos e tantos núcleos. E estudaram, ali, o bioma, a vida tanto vegetal quanto animal, em cada setorzinho desses. Acho que isso foi um grande trabalho feito, e agora isso pede desdobramentos. O que fazer exatamente a partir daí, quais as medidas.

Aí eu me sinto muito pequeno de como orientar isso, porque exige um conhecimento técnico. Por exemplo, eu sempre tive a impressão de que se você semear e plantar árvores, estará ajudando bastante. Nosso professor disse que não basta, não é! Então vamos voltar ao zero! *(Ri.)* Mas é bom a gente aprender isso.

Eu gostaria de citar duas coisas, onde concentraria a nossa atenção, eu diria, a grande preocupação. Primeiro, é como situar a cidade no bioma mata atlântica. Por que fazer isso? Basta colocar parques? Eu acho que esse é um passo, já ajuda bastante, mas há mais coisas.

Investir maciçamente na formação. Convenço-me cada vez mais disso, que é necessário nós pensarmos o meio ambiente de forma diferente. Ainda no início falava com alguém dizendo, por exemplo, que a questão da legislação é coisa de vinte anos para cá que se intensificou o Código Florestal, de repente a Fatma proibindo aqui. Lembro-me de que levei um susto quando uma vez disseram que não podia mais catar cipó no mato. Eu venho de uma região onde a gente pegava isso, e se pegava do vizinho também não tinha grande importância, lá avisava e estava pronto. De repente, mudou. Taquara, essas coisas, não tinha problema nenhum. Quer dizer, vivemos em um mundo onde não é possível mais viver desse jeito.

Então, essas coisas eu penso que sejam importantes. E a cidade está ali dentro. Pensar a cidade, o que desenvolver, o que proteger, o que incrementar para que tenhamos uma cidade boa de viver, que possa ajudar a qualidade de vida. Esses elementos... e aqui a gente nota que não se pode ser amador, precisa ter um conhecimento maior do que eu tenho, penso que isso seja muito importante. Então colocar isso, e essa mudança de mentalidade eu penso que seja fundamental.

E aqui coloco já o segundo elemento. Olhando todo esse aspecto aqui do meio ambiente, sempre me vem a impressão de que os mais maltratados de todos foram os rios. Nós precisamos aprender a tratar os rios de forma diferente do que até hoje. Sempre se jogou tudo no rio. A agricultura, o esgoto, toda porcaria se joga no rio e pronto. Não se pode mais fazer assim. E fizemos isso até agora, estamos fazendo ainda. Então, eu penso que a gente tenha que achar um modo de como conservar os rios a partir mesmo da cidade, fazer o processo inverso, ir da cidade para o interior. Que os rios das nossas cidades sejam de água limpa, nos quais possamos nos banhar e usar com mais facilidade. Hoje praticamente esse rio quase não existe.

Até pouco tempo, a gente fazia da nossa propriedade aquilo que bem entendia. Hoje, devemos usá-la sabendo que faz parte de algo maior. Nós devemos prestar contas ao nosso vizinho, à coletividade. Penso que isso seja importante tanto na cidade quanto no meio rural. E essa é uma mentalidade que deve crescer e se desenvolver entre nós, eu penso que isso seja realmente importante.

Então esses dois aspectos eu gostaria de salientar. E aqui, falando dos rios, é claro, entra outro elemento que eu acho que Santa Catarina deve tomar a peito porque os índices nos desfavorecem muito: é a questão mesmo de saneamento, é a questão de esgoto. Os índices mostram que o esgoto responde adequadamente num percentual muito baixo: 10%, 20%, não mais do que isso, se é que chega a isso. Questão mesmo de mentalidade, e aqui é questão de uma política de examinar como é que estão os esgotos, ajudar a mentalizar o que fazer.

Aqui eu conto até um exemplo da minha casa - a Casa do Bispo, aqui em Florianópolis. Foi feito esgoto aqui de um trecho, depois outra coisa foi feita, aí também se fez o esgoto, e uns anos atrás tivemos que dar uma olhada nisso, até porque estava havendo problema. E a coisa não era regular, tinha esgoto saindo na rede pluvial, tinha essas coisas todas, tivemos que fazer. E creio que não é um exemplo, assim, tão casual.

Eu fico por aqui, ficaria com essas duas sugestões de que pudesse haver alguma iniciativa, um direcionamento de como proceder.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem, dom Wilson.

Com a palavra o senhor Deputado Estadual Darci de Matos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS** - Eu desejo, com alegria e muito respeito, saudar todos, senhores e senhoras. Saúdo efusivamente o Deputado Padre Pedro, querido amigo que propõe de forma pertinente esta audiência pública para discutirmos um pouco mais, para divulgarmos um pouco mais, para falarmos um pouco mais do tema da Campanha da Fraternidade, que é Biomas, e, nesse caso específico explicitado pelo professor Ademir, sobre a mata atlântica e as nuances de Santa Catarina.

Quero saudar dom Wilson, que eu conhecia a distância e hoje tive o prazer de cumprimentá-lo pessoalmente. Quero também saudar dom João, Deputado Valduga e todos os demais presentes.

Bem objetivamente: primeiro, nós precisamos, dom Wilson e dom João, integrar-nos um pouco mais, estar mais próximos, Parlamento e igreja, porque a igreja pode subsidiar o Parlamento para que nós possamos fazer boas leis em todas as áreas. A igreja tem muito conhecimento, tem muita sensibilidade, tem muito contato com as pessoas. A igreja, além do trabalho espiritual, sempre teve muita atuação cultural, educacional, social. Nós precisamos mais dos subsídios, da proximidade com a igreja.

Muito bem, essa Campanha da Fraternidade é muito pertinente e, com certeza, a igreja está fazendo esse trabalho, mas o Parlamento pode e quer ajudar para que a gente possa, como disse o professor Ademir, não ficar somente no debate. Precisamos ir a campo e implementar ações concretas, no dia a dia, apoiando projetos, fazendo leis, porque a sustentabilidade não pode ser só um modismo, uma grife, frases feitas. Tem que ser ações, tem que ser um modo de vida nosso. Difícil para nós essa geração que já está contaminada. O modo de vida, de consumo, foi falado nos produtos orgânicos, no modo de vida, no tratamento com os resíduos, na nossa postura, no nosso dia a dia, na nossa conduta, difícil isso. Mas necessário. E dizer que, talvez não tardiamente, nós, a sociedade, a humanidade percebeu que preservar o meio ambiente significa preservar a vida.

Para concluir, Padre Pedro, que reservas têm a Europa, a América, os Estados Unidos, a Ásia? Destruíram tudo. Nós ainda, o Brasil, ainda temos muito que preservar. Essa é a grande verdade. E nós temos um arcabouço jurídico, a Fatma está aqui, dos mais ricos do mundo, às vezes até excessivamente complexo. Então ainda há tempo de a gente continuar preservando, continuar buscando a sustentabilidade, que é isso o que nós queremos, por isso estamos aqui.

E dom Wilson tem razão: os rios, o tratamento de esgoto, tão necessário, tão premente. Agora, nós precisamos trabalhar as famílias e a escola, as futuras gerações. Se trabalharmos as futuras gerações, dom Wilson, em quinze anos, vinte anos, o que é muito pouco, nós vamos resolver. As futuras gerações. Porque as crianças que estão nascendo hoje, daqui a 20 anos, 25 anos, 30 anos, são os Vereadores, os Deputados, os padres, daqui a pouco, 50 anos, os Bispos, os empresários... as futuras gerações. Está perto, porque a nossa geração já está um pouco viciada. Então vamos trabalhar todas as gerações, mas principalmente as futuras e as crianças. A parte educativa, a educação ambiental.

E aí a igreja está de parabéns por ter elencado esse tema pertinente da Campanha da Fraternidade. A igreja é muito forte, a nossa igreja, a minha igreja, sou católico. Nossa igreja é muito forte e tem contribuído muito em todos os aspectos, principalmente agora, nesse aspecto da sustentabilidade.

Parabéns e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigado pela manifestação, Deputado Darci de Matos.

Passo a palavra ao reverendíssimo dom João Franciso Salm, presidente do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**O SR. BISPO D. JOÃO FRANCISO SALM** - Saúdo todos da mesa e vocês que estão aqui.

Queria, primeiro, pedir licença ao professor para dizer isso aqui, porque é um exemplo. O professor e eu tivemos o mesmo professor, o padre Raulino Reitz, um grande botânico, mais conhecido talvez fora do Brasil do que dentro, desde aquele tempo, quando éramos alunos de ginásio e de segundo grau. Foi lá que despertou o amor do professor por tudo isso, nós notamos que ele falou não só com competência, como quem tem autoria, mas falou também com o coração, que está lá plantado dentro dele.

Estou falando porque isso mostra como é importante a formação, o despertar já no coração das crianças, dos adolescentes, dos formandos, desse respeito, dessa preocupação para com a natureza

Nós teremos como continuação da Campanha da Fraternidade, aqui no Estado de Santa Catarina, em setembro, a Romaria da Terra - e temos um texto preparado, muito bem feito, de fácil compreensão, muito prático, que valeria a pena ser divulgado nas escolas, por toda parte. Eu queria só citar os temas - são onze. O primeiro é o Bioma Mata Atlântica e a Romaria da Terra e das Águas, para dizer o que isso significa. A Mata Atlântica e o Deserto Verde; Santa Catarina, um Estado Rico em Águas, mas; Agressão Planejada Mineração do Carvão; Fosfateira, um Risco, Fracking; Mudanças Climáticas e Eventos Climáticos Externos; Bacia do Rio Tubarão e o Complexo Lagunar; Comunidades Pesqueiras: Lutas e Esperanças; Saneamento Básico, uma Urgência; Energia Limpa e Renovável;

Agricultura Familiar e Produção Sustentável; o Cuidado, Virtude Mariana. *[Revisora: Ilka Maria Fretta]*

Nós temos esses temas que são tão concretos, tão de cada dia, que precisam ser conhecidos, que precisam ser tratados. A exposição do professor foi tão importante para todos nós e, certamente, também será para quem poder ter acesso à gravação depois.

Tudo isso instrui, tudo isso informa, tudo isso forma, e vai despertando lá dentro um interesse, uma preocupação, um gosto por fazer alguma coisa. Se não falarmos disso, se não divulgarmos isso, as pessoas ficam indiferentes e vão se conformando com aquilo que aí está.

Então, acho que momentos como este têm um grande valor de incomodar, de despertar, e, assim também, a Romaria da Terra. Aproveito aqui para divulgar a Romaria da Terra deste ano, porque é um assunto tão importante para nós. Em um momento aqui, um dos temas no final, é apresentar propostas e uma delas é, por exemplo, criar em cada Município uma comissão que acompanhe o serviço público de saneamento básico. Os Municípios têm, por obrigação, de pôr em prática o seu planejamento e não fazem. Por que não fazem? Alguns fizeram. Como é que se vai fazer com que de fato haja saneamento básico? Educar para o cuidado com a casa comum. Isso é tratado mesmo, de fato, nas escolas? Esse assunto é recorrente ou fica esquecido? Assumir o novo modo de vida será uma consequência de uma educação, de uma formação.

Então, nas políticas públicas, e, aqui, se inclui muito esse trabalho da educação, da formação, do despertar já nas crianças esse respeito, e a coisa parece que começa a mudar a partir dali. A criança aprende, é aberta, aceita, depois, quando chega em casa, cobra do pai, cobra da mãe, dá bronca em quem não separa o lixo. Nós temos que desencadear processos. Eu tenho gostado muito de ter visto nos escritos e nas falas do Papa, ele insiste na necessidade de se desencadear processos. Nós não vamos resolver esse problema com ato, com outro ato, agora, momentaneamente. O Papa até diz: "Eu não gosto dessas soluções buscadas assim que tem normalmente em vista alguém que quer ter um resultado em vista de si mesmo". A gente precisa desencadear processos no qual quem os desencadeia normalmente nem aparece, nem se chega a saber quem é, mas, depois, os frutos aparecerão. Aquilo que o professor dizia no final, se a gente não faz isso ou faz pelo inverso, desencadeia um processo negativo para que, depois, os que vêm depois de nós, têm que colher os frutos amargos. Então, desencadear processos que produzam frutos bons.

Eu acho que estamos aqui para isso, para achar a solução nesse sentido. E, quem sabe, se todos ajudarem também a divulgar, pelo menos, esse caderninho para que ele seja conhecido, para que a nossa Romaria da Terra não seja só um ato isolado no dia 10 de setembro, mas seja, desde agora, um ato educativo, formativo, de conscientização e que vá produzindo frutos. Vamos desencadear processos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Nós temos algumas pessoas inscritas, então, vamos ouvir uma manifestação do plenário e, na sequência, voltamos para outra manifestação da mesa.

Com a palavra o senhor Vânio Francisco Salm, assessor parlamentar, neste ato representando a Deputada Estadual Ana Paula Lima.

**O SR. VÂNIO FRANCISCO SALM** - Eu venho da diocese de Blumenau, mas chegando na Assembleia fui convidado pela Deputada Ana Paula para representá-la, aqui, nesta reunião e quero falar aqui daquilo que a gente viveu, não representando, mas, sim, que se viveu.

Eu quero agradecer ao Deputado Padre Pedro pelo que está fazendo hoje, trazendo esse assunto para dentro da Assembleia para ser discutido aqui. Isso é de muita importância, porque é preciso, aquilo que a igreja lançou... agradecendo também, fiquei muito feliz quando conheci o tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Quando o professor, que se apresentou antes aqui, mostrou o mapa de Santa Catarina, eu fiz uma leitura da vida e uma leitura do nosso Estado de Santa Catarina. Eu nasci na cidade de Ituporanga, no interior Ituporanga, pertinho da sua cidade, dom Wilson, e fui morar no oeste de Santa Catarina com 16 anos, e vi, acompanhei o drama da devastação da mata no oeste de Santa Catarina nos anos 1960 ou já começou até antes, onde se queimava tudo, se destruiu tudo, em nome do progresso. Eu era jovem, 16 anos, guri novo, não conseguia entender o que aqueles homens estavam fazendo, destruindo tudo, e, naquela região, eram todas pequenas propriedades.

Logo em seguida acompanhei o êxodo rural - eu estava acompanhando o mapa, ele falando isso, acontecendo aquilo - que veio amontoando as pessoas na cidade, trazendo as pessoas para a cidade. Onde a gente morava, onde a gente trabalhou, onde a gente viveu a nossa juventude, sendo ocupado por fazendeiros, destruindo tudo, plantando um tipo de grama que não nasce mais nada e assim por diante.

Quando eu tinha 16 anos subia a serra e a gente via aquelas araucárias lindíssimas no planalto, era coberto de araucária, e, depois, com os anos passando, eu passava lá e via só pinus e a araucária se terminando. O que não devastaram foram adoecendo e acabando.

E, vindo morar em Blumenau, a gente percebeu a mata mexida, destruída, colocaram uma máquina, cavaram e os morros desceram e com isso morreu muitas pessoas. Eu estava vendo tudo isso e foi passando como um filme.

Eu, ouvindo, o eclesiástico, os Bispos, os padres que estão aqui, queria agradecer ao padre de Blumenau, que teve a coragem de estar aqui conosco também, o padre Carlos, muito querido da comunidade. Nós estamos nos organizando lá com um grupo de fé e cidadania para podermos discutir essas coisas mais de perto.

Essa responsabilidade cabe à igreja orientar, hoje, como dizia o Deputado Darci de Matos, fazendo com que os Deputados, os Senadores e todos aqueles que tenham o poder, que podem assinar e fazer acontecer as coisas, não venham negociar com as pessoas, com a Fatma, com quem quer que seja, para que possam destruir o restante que tem, mas que sejam honestos, sinceros, e que façam leis que realmente venham defender a vida.

A Campanha da Fraternidade não está aí só para bonito, ela não veio só para quarenta dias de Quaresma. Eu acho que temos que assumir essa responsabilidade como igreja, com todos os padres das dioceses, pelo ano todo e para a vida toda, porque a mata, os biomas, eles cuidam da nossa vida e se acabarmos com eles, acabamos juntos. Então, é preciso que tenhamos essa sensibilidade, tanto os Deputados, como os Senadores, como também a igreja, com a sua hierarquia, para fazer com que isso venha a acontecer. Nós estamos juntos.

Eu estou junto, desde os meus 16 anos, dentro da igreja discutindo essas questões, e se vive hoje essa degradação da natureza acabando com a vida das coisas que nos são oferecidas para vivermos felizes. Vamos construir juntos, independente de quem somos, de onde pertencemos, de igreja ou de políticos ou o que quer que seja, salvar a nossa vida e a vida do nosso planeta. É isso que temos que estar cuidando.

Quando o Padre Carlos entregou o convite, que o Deputado Padre Pedro tinha convocado essa audiência pública, eu disse: eu vou lá também, quero acompanhar, quero estar junto.

Eu não quero me alongar demais, mas a gente começa a falar com o coração aquilo que a gente viveu e aquilo que estamos vendo acontecer diante dos olhos. Não dá para ficar endossando a coisa. Nós temos que chegar e dizer para as autoridades - que têm capacidade, que têm a caneta e que podem fazer as coisas acontecerem - que elas façam acontecer a Campanha da Fraternidade, porque os Bispos não têm a caneta na mão para fazer, mas podem orientar... eu sempre digo, aquilo que eu falo, eu falo em nome do Evangelho, em nome daquilo que representamos como igreja, como grupos e não individual também. Como grupos que somos para viver essa felicidade que nos é oferecida e que estamos trazendo tristeza construindo em nome do progresso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem, feita a manifestação do Vânio Francisco.

Na sequência, concedemos a palavra à senhora Leonilda Gonçalves, que representa a Pastoral da Pessoa Idosa.

**A SRA. LEONILDA GONÇALVES** - Eu sou muito conhecida, como disse dom Wilson, pelo apelido de pequena. Sou da Pastoral da Pessoa Idosa e ela tem os seus líderes que vão direto para as comunidades.

Este é um momento muito importante para nós. É muito gratificante que haja esta audiência pública, porque percebemos que realmente não só a nossa vegetação está sendo devastada, dizimada. Eu me reporto ao local onde moro, dentro desse nosso bioma que é muito grande, e percebo que a nossa situação está extremamente delicada. A nossa paróquia, a Paróquia da Santíssima Trindade, realizou um trabalho no Morro da Nossa Senhora Aparecida, e este ano estamos com um trabalho no Morro do Quilombo e percorrendo, andando pelo Morro do Quilombo, percebemos que a realidade deles é

muito triste. Nós percebermos que eles têm nascentes, duas nascentes, e 300 metros, 400 metros, depois que elas começam a correr, todo o esgoto das casas é jogado nessas nascentes. Quer dizer, as casas, que vêm logo após, encontram aquela água que poderia ser pura, totalmente contaminada. Não diferente, eu moro na entrada do Itacorubi e lá algumas grandes empresas construíram amplos condomínios, a rede está pronta e não tem saída, até onde eu sei. E, aqui, vemos que temos pessoas do meio ambiente, da Fatma...

Está sendo difícil ver pessoas caminhando na beira-mar, está sendo muito difícil conseguir caminhar na beira-mar, eu parei por um minuto e contei quantos carros passaram, não era no horário de pique, 107 carros passaram em um minuto. Então é impraticável alguém, pensando na sua saúde, caminhar na beira-mar. Eu cheguei a fotografar os rios que desembocam ali, onde temos o mangue. A água não é nem escura nem nada, é totalmente esbranquiçada. O grande problema agora, essas empresas que construíram os mesmos prédios - o prédio onde eu moro tem tratamento de esgoto, mas a maioria não tem -, o que vai acontecer? Essa e a nossa grande preocupação. Nós temos a associação do bairro e precisamos iniciar logo - não dá mais para esperar - um trabalho com as escolas, com a associação, com a comunidade, mas sinto que é necessário fazer isso logo.

Dom Wilson colocou a importância dos rios, da água, nós não temos mais um rio, pode-se percorrer o Itacorubi, o Monte Verde, o Saco Grande, Pantanal, onde o pessoal tomava banho. Como fazer? Não dá mais para esperar. Como é que junto, agora, com o Poder Público podemos iniciar alguma coisa, fazer alguma coisa, logicamente, com toda a nossa comunidade eclesial, para que se possa começar agir dentro disso. Nós sabemos que muitas coisas dependem do Poder Público. Por mais que estejamos conscientizados, por mais que se procure passar essa informação adiante, por mais que a população também se inclua nisso, nós dependemos também do Poder Público.

Para mim esse é o grande questionamento. Eu caminho pelo meu bairro e me sinto inquieta. Eu caminho na minha rua e me sinto preocupada, não só com a vegetação que vem sendo totalmente destruída, mas principalmente a água.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem, a Leonilda, que representa aqui a Pastoral da Pessoa Idosa, obrigado pela manifestação.

Com a palavra o senhor João Pimenta, Procurador Jurídico da Fatma, que representa o senhor Alexandre Waltrick Rates, presidente da Fatma.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Obrigado, Deputado. Primeiramente, em nome da Fatma, gostaríamos de agradecer o convite, parabenizar a Assembleia e o professor Ademir Reis pela sugestão da proposição desta audiência pública para debater algo que é de vital importância para todos nós, que é o nosso bioma mata atlântica.

Muitas vezes, falamos de bioma mata atlântica e achamos - vou dizer a minha opinião, antes de entrar na Fatma, de uma pessoa esclarecida, estudada, com os meus equívocos também -, que o bioma é só onde tem a floresta. Algo que alguém leigo, que não é da área ambiental, acha, não o bioma é só onde tem a floresta. Aí você vai entender que o bioma mata atlântica compreende todo o nosso Estado.

Eu digo isso, não só para leigos, mas até para gente do Judiciário, porque já estive, uma vez, conversando com Desembargadores e a Desembargadora me falou: não, mas ali tem o bioma mata atlântica. E eu disse: Doutora, toda a região Sul está dentro - não nessas palavras, numa frase mais educada -, faz parte do bioma mata atlântica.

Bom, em primeiro lugar tivemos, semana passada, uma visita da SOS Mata Atlântica, aqui, na Fatma e ela nos trouxe - é muito bom ouvir - dados que não são aqueles dados de governo, que muitas vezes são questionáveis, mas vindo de uma associação que defende a mata atlântica... A informar que o nosso Estado, Deputado, dentro do bioma, é o Estado que mais preservou e recuperou a mata atlântica. A gente escuta muitas críticas, mas temos que ressaltar as questões positivas de que o nosso Estado está na frente de outros Estados. O que demonstra que práticas de governo, que práticas da sociedade civil, que práticas dos órgãos ambientais têm realmente mostrado a sua eficiência.

Quando falamos no desmatamento temos que diferenciar a questão legal e a questão ilegal. O ilegal, temos que combater. Nós temos que ter mais fiscalização. Esse é um pleito que a Fatma sempre faz aos Deputados, ao governo, quanto mais gente tivermos na fiscalização, seja nos órgãos estaduais, nos órgãos municipais e nos órgãos federais, mais vamos ter condições para combater o ilegal. Hoje

é humanamente impossível a Fatma estar em todos os pontos do Estado, e, por isso acabamos deixando de concentrar em questões de foco, que temos de debater, como o professor colocou, a questão do Parque do Tabuleiro.

A gente tinha que ir atrás daquele caçador ilegal, daquele que está levando dez animais, quinze animais, cem animais da nossa fauna silvestre para fora. Nós tínhamos que estar muito mais incisivo àquele do que aquela pessoa que tem - não que não devemos, mas que é questionável - o seu papagaio em casa. Então, muitas vezes, a gente concentra esforços na questão do papagaio, que é um animal da fauna silvestre, que não deve ficar em casa, concentramos esforço da Polícia Estadual Ambiental para ir lá pegar o papagaio para colocar numa gaiola com mais trezentos papagaios. E aí eu pergunto: onde é que o [papagaio] - tirando de lado da legislação, apesar de ser Procurador Jurídico - estará melhor? Na casa, no viveiro ou no convívio com a família? E se eu falar para vocês que todas as decisões judiciais, quando se chega a esse ponto, têm dado o direito da família à guarda do animal como depositária. Muitas vezes, a gente perde o foco por não poder estar em todos os lugares, e eu acho que as questões têm que ser combatidas com foco hoje.

Temos que fortalecer o nosso licenciamento ambiental, como a senhora colocou, condomínios acima de vinte unidades, se não me engano, são licenciados. A Fatma, se não tem rede de esgoto própria para ligar a rede de esgoto do condomínio ela exige o licenciamento. Ele é licenciado, eu digo que todo o empreendimento, salvo questionado por questões pontuais, tem que ter o nosso apreço, porque passou por um órgão público, tem uma licença ambiental, ele é regular.

O que a gente pode fazer, já pegando um gancho como sugestão da Fatma, nós temos que combater as ilegalidades. A maioria desses rios recebe uma carga muito grande de esgotos irregulares. Eu acho que tudo começa na conscientização da educação ambiental de cada um fazer a sua parte. Há trinta anos não se falava em meio ambiente. O que estamos debatendo hoje, aqui, seria impensável há trinta anos, há quinze anos, vou até mais longe, há dez anos, mas talvez seja algo em que a igreja possa nos ajudar com sua comunidade, com um pequeno sermão colocando a necessidade de cada um, de cada morador, buscar a sua legalidade fazendo a sua fossa sanitária. Todo aquele esgoto que vai para o rio é contra nós e é contra o nosso planeta.

Nós temos que incentivar os nossos pequenos produtores, eu acho que o nosso país talvez, eu não sei de outro, que tenha uma prática preservacionista tão grande quanto o Brasil, que na legislação do nosso bioma diz que 20% da sua área, você não pode construir, é área destinada à reserva legal. Você não vê isso na Europa, você não vê isso nos Estados Unidos. Nós precisamos ter mecanismos para incentivar as pessoas a preservar além daquilo que elas são obrigadas. Você tira os 20% de reserva legal, você tira as áreas de preservação e o que faz com que o produtor rural, o pequeno produtor, o grande produtor preserve? No final das contas acaba sendo uma questão financeira, porque ele tem que gastar para preservar e não recebe contrapartida do governo.

O governo do Estado começou, no ano passado, a questão de pagamento por serviços ambientais, por questão de conservação, mas acho que isso pode ser aprimorado. Eu sei que não é de iniciativa da Assembleia, mas questões como o ICMS Ecológico, algo que o nosso Estado não tem e que no Paraná tem, para termos recursos para se dar incentivos financeiros para a criação de reservas naturais, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Para termos mecanismos financeiros para que você preserve ainda mais o meio ambiente, além daquilo que o governo te obriga a preservar.

A Fatma, recentemente, até por sugestão da SOS Mata Atlântica, está adotando uma posição em relação à questão, mesmo não sendo obrigação legal da Fatma, de incentivar os Municípios a elaborarem seus planos municipais de mata atlântica. Eu acho que tudo aquilo que a gente está debatendo aqui pode ser melhorado se os Municípios começarem a fazer a parte deles, e comecem a aprovar esses planos municipais.

O que a gente colocou de fato, de concreto relacionado a esse ponto? A supressão de vegetação do nosso bioma, por competência legal, é do Estado, e a Fatma, por questões operacionais, acaba delegando aos Municípios algumas questões de supressão locais, pontuais, porque não tem condições de atender, de uma forma tão célere, esse licenciamento ambiental. Então, estamos impondo, até uma questão unilateral, embora sem previsão legal, ao Município a questão assim: você quer receber a delegação do licenciamento da

Fatma para fazer supressão de vegetação? Então você tem que se compromissar de em 24 meses, 36 meses, o Município elaborar esse plano municipal de mata atlântica.

Eu acho que é uma contrapartida que a Fatma pode fazer, que o Estado pode fazer. Então peço aos Deputados que, junto aos seus Prefeitos, a sua base, os convençam que isso é uma boa maneira de melhorar a questão do bioma em nosso Estado, porque vai ser questionado que a Fatma não pode exigir, que não tem previsão legal, da mesma forma que também não somos obrigados a delegar compensação. Então, vai ser muito mais um acordo entre entes federativos do que uma obrigação. Se nós tivermos um respaldo dos Deputados apontando aqueles Municípios que forem resistentes a isso, ajudaria muito a Fatma.

Essa seria uma sugestão para resolver essa questão do meio urbano principalmente, porque acho que toda essa questão de falta de preservação na área da mata atlântica dentro da área urbana dos Municípios é algo que pode ser trabalhado e tem deixado a desejar nos últimos anos.

Era isso, Deputado, e Fatma está à disposição da Assembleia e de todos no que precisarem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigado João Pimenta, Procurador Jurídico da Fatma.

Passo a palavra à senhora Maria Odete da Costa, da diocese de Lages.

**A SRA. MARIA ODETE DA COSTA** - Bom dia a todos e a todas.

Eu vou me reportar ao professor aqui, não para fazer alguma colocação propositiva, mas para esclarecer aquilo que compreendi. A sua aula me deixou excitada, nessa questão do meio ambiente, e fiquei apaixonada. Quando o senhor fala que não adianta plantar cinquenta mudas de araucária e, muitas vezes, é melhor, mais produtivo, mais adequado plantar dez mudas de araucária, o senhor está se referindo a questão da biodiversidade, eu acho. Muitas vezes, na ânsia de plantar coisa ou retirar coisa da natureza, as pessoas não retiram só o pinheiro da araucária, mas ali, em volta do pinheiro, existe uma grande biodiversidade que faz com que a natureza toda se estimule e renda, vamos dizer assim. É isso que eu gostaria, dentro do possível, que o senhor me respondesse se o que pensei está correto.

Outra coisa, é a questão da conscientização da terra mesmo, porque a terra é de todos. Eu acho que quando a gente fala do legal, o legal é o legal para quem usa, mas no uso da terra a terra é de todos.

Em Lages tenho uma empresa que tem um *slogan* de publicidade que acho interessante, em que traz algo muito de se apropriar. Ela é assim, aparecem os produtos da terra, feijão, milho, cenoura e tal e diz assim: "Da nossa terra para a sua mesa." Eu acho que é o contrário, não é? Eu acho que teria que ser: "Da terra para a nossa mesa." Porque a terra, até onde entendo, não é de ninguém, ela é de todos. Então, coloca o consumidor numa situação de mendicância, a terra é minha, você come aquilo que planto. Não, é o contrário? É da terra para a mesa de todos nós.

Era essa a colocação, porque acho que é uma questão de consciência, pequena, que não vai de forma alguma trazer grandes contribuições aqui, mas para o começo de uma conscientização, de suma importância.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Feita a manifestação. Maria Odete, são nas pequenas coisas que a gente faz as grandes mudanças e transformações.

Professor Ademir, depois, ao final, vamos dar um tempo para que possa responder as interpeleção, que será oportuno.

Na sequência, concedo a palavra ao senhor Eduardo Zimmermann e Silva, secretário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que nesta audiência pública representa o senhor Deputado Carlos Chiodini, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

**O SR. EDUARDO ZIMMERMANN E SILVA** - Obrigado, Deputado Padre Pedro, agradeço o convite em nome do Secretário de Estado Carlos Chiodini, que gostaria muito estar aqui, mas já tinha compromisso e viagem marcada.

Eu quero simplificar a minha fala para dizer que em uma audiência como esta não vamos conseguir discutir tecnicamente, mas ela serve para abrir portas e gostaria de dizer que a porta do Consema está aberta.

Eu quero me dirigir ao professor e a todos aqui para dizer que quem tiver algo a contribuir tecnicamente, que esteja na alçada do Conselho Estadual do Meio Ambiente - que inclusive tem competências

que derivam diretamente de lei federal, às vezes, não exercendo a função legiferante, complementando o que a Assembleia coloca através de lei - o Consema está aberto.

Quando quiserem nos procurar, no gabinete do Secretário também, estamos à disposição e tudo aquilo que pudermos contribuir com regulamentação, com resoluções que possam proteger o bioma vai ser analisado, vai tramitar internamente no Conselho e me coloco à disposição.

Obrigado. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé][Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera)**

- Passo a palavra para a senhora Carla de Oliveira Guimarães, que representa a Pastoral Regional Sul 4 da CNBB.

**A SRA. CARLA DE OLIVEIRA GUIMARÃES - Bom dia.**

Minha pergunta é para o representante da Fatma. Nosso litoral catarinense, durante o período de dezembro a março, recebe centenas de milhares de turistas que utilizam nossas praias e nossa região litorânea. Com isso, a gente percebe que há um modelo de turismo predatório que acaba destruindo aquilo que, depois, no resto do ano, permanece conosco, como as dunas, etc. Eu queria perguntar quais ações de controle e de monitoramento a Fatma realiza com os Municípios, de balneabilidade das praias; e nas regiões não litorâneas, qual o controle de balneabilidade de rios, sobretudo rios que acabam recebendo dejetos da agricultura, de agrotóxico; e na região do Complexo Lagunar, com a questão da carvoaria, dos rios que acabam sendo contaminados? Que ações concretas a Fatma realiza para monitoramento em conjunto com os Municípios, de controle de balneabilidade das nossas praias e de nossos rios?

A outra questão está relacionada com o que já falei. Nós percebemos que esse modelo de turismo predatório de Santa Catarina tem na especulação imobiliária um dos grandes causadores. Esse modelo acaba ganhando força por causa de algumas fragilidades do processo de liberação das licenças ambientais. Você até começou a falar sobre as licenças ambientais e eu queria ter um pouco mais de clareza sobre os critérios e o nível de rigidez que a Fátima exige dos grandes projetos econômicos para liberação das licenças ambientais.

A outra questão está relacionada com o corte de 53% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que já era de 0,18% e que agora ficou em 0,09% no governo Temer. Como está essa questão do Orçamento em Santa Catarina? Qual o lugar do meio ambiente na questão do Orçamento de Santa Catarina?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem, então são vários questionamentos dirigidos ao representante da Fatma. Você gostaria de responder imediatamente?

**O SR. PROCURADOR JOÃO PIMENTA - Sim.**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera)**

- Passo a palavra para o senhor João Pimenta, Procurador da Fatma.

**O SR. PROCURADOR JOÃO PIMENTA -** Sobre o primeiro questionamento, que foi sobre a questão da balneabilidade, a Fatma, há mais de 25 anos, faz a coleta de balneabilidade de diversos pontos do litoral do nosso Estado. Se vocês entrarem no nosso site semanalmente durante a temporada e no resto do ano, se não me engano, mensalmente, não tenho certeza sobre essa informação... (*interrompe para fazer uma busca no site*). Por exemplo, acabei de entrar aqui no site da Fatma: [www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br) e cliquei em balneabilidade. Aparece aqui o mapa do nosso Estado e uma flechinha azul que indica próprio e uma vermelha que indica impróprio. E nas praias nós colocamos a placa no ponto.

Entretanto, em situações em que a balneabilidade muda ou acontece outra situação hipotética, a placa pode ser removida. O que a Fatma tem incentivado - principalmente com a geração *online*, em que praticamente todos têm telefone conectado à Internet - para os usuários é que entrem no site, cliquem em balneabilidade, onde abre um mapinha. Assim que o nosso sistema salva na quinta-feira ou na sexta-feira a coleta que vai ao ar, ela é atualizada no site, antes mesmo de sair para a mídia na sexta-feira. Desse modo, a Fátima tem o seu compromisso de informar à população se o local é próprio ou impróprio para banho.

Nós temos outras condições que influenciam essas informações. Toda essa questão é feita de forma manual, então existe um *delay* [atraso] de uns 5 dias a 6 dias, e, se nesse tempo acontecer uma grande mudança no tempo como chuvas fortes e o local for sensível a chuvas e com tendência a ter pontos impróprios, as condições podem mudar, então, a população deve fazer esse controle. Vou dar o exemplo aqui na região de Florianópolis: quando chove muito,

os pontos na região norte costumam ficar impróprios. Não é por uma questão ambiental, mas como eu falei antes, é por uma questão de ocupação irregular. Por exemplo, aquele esgoto que está na rua e segue para o mar está planejado para uma população, que na temporada aumenta muito e aumenta o consumo em relação ao planejado.

Para vocês terem uma ideia de como isso funciona, de acordo com as explicações da Casan, quando eles fazem um sistema de tratamento de esgoto para uma região, o planejamento é feito de acordo com o número de moradias e um número x de habitantes por moradia e desse cálculo sai a capacidade do esgoto. Lá no norte da Ilha a gente tem durante uns 10 dias ou 15 dias de temporada uma população que fica entre 10 e 15 habitantes acima do previsto. Para fazer uma estação de tratamento de esgoto calculado com essa faixa de 10 dias a 15 dias, o custo vai ser dez vezes mais caro e é metodologicamente incorreto, pois o cálculo deve ser feito conforme o ano. É uma situação atípica de balneário.

O que foi feito de forma positiva? Mesmo contra a questão de modelagem e licenciado pela Fátima, o que a Fatma faz nessas questões? Ela licencia os empreendimentos. A Casan praticamente dobrou a capacidade de sua estação e como resultado nós tivemos uma temporada com poucas questões pontuais neste sentido, diferente dos últimos dois anos. Isso é um trabalho da Casan e é também um trabalho da Fatma, que fez com que as condições de balneabilidade e as condições da praia melhorassem de uma forma exponencial, em comparação aos últimos anos.

O que nós temos que combater começa com a questão da educação ambiental, pois há muitas casas particulares com o esgoto ligado à rede pluvial que dali vai direto para o rio e são muitos os casos, mas aos poucos nós vamos fiscalizando. Mas essas pessoas sabem que têm o esgoto ligado à rede pluvial e não à rede pública de esgoto. Primeiro porque não pagam esgoto e aí vem uma economia financeira e, segundo, elas dizem que fazem assim porque todo mundo faz assim. Essa mentalidade é que precisa ser combatida nos próximos dez anos, para as pessoas que estão na ilegalidade poderem se legalizar.

O problema das licenças ambientais foi o segundo questionamento. Eu tenho muita convicção de que se o empreendimento tem uma licença ambiental, ele está dentro da legalidade. Entretanto, temos que ter em mente que são 35 mil licenças anuais concedidas pela Fatma e eu não posso afirmar que, dessas 35 mil, alguma não possa ter problema. O licenciamento segue um ponto de vista que, a meu ver, precisa ser mudado pelo Poder Legislativo. A responsabilidade de fazer a análise do licenciamento é jogada toda sobre o órgão ambiental, embora muitas dessas 35 mil pudessem ser feitas de maneira autodeclaratória, em que a empresa declararia que tem condições de licenciar. Muita gente pula da cadeira, pensando que as licenças não vão mais passar pelo órgão ambiental. Eu pergunto aqui: quantos de vocês são engenheiros, biólogos ou conduzem licenciamento ambiental? (*Dirige-se a alguém da plateia*). O senhor é engenheiro agrônomo? Permita-me usá-lo como exemplo.

Suponhamos que o senhor faça um processo de licenciamento para uma supressão de vegetação. O senhor fez faculdade, assina um parecer dizendo que ali pode ser feita a supressão de vegetação que está sendo solicitada. O que acontece depois? O seu processo vai para um técnico da Fatma que vai deferir o processo e conceder a licença. O senhor só pode assinar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) se estiver convicto de que pode fazer aquilo, ou seja, ele fez a universidade, tem o diploma, tem o Crea, tem a legitimidade para assinar o que está atestando. O que o órgão ambiental está fazendo neste caso? Está deixando a responsabilidade sobre ele. Quando o senhor escrever uma ART daqueles empreendimentos considerados de baixo impacto ambiental, o órgão vai confiar no seu trabalho técnico e vai dar a licença. O que nós temos que combater? Profissionais que escrevem ARTs diárias que não podem ser regularizadas e licenciadas. Porque, na verdade, esses questionamentos sobre licença sempre acabam no questionamento do órgão por parte da população: será que a Fatma está fazendo o trabalho concreto? Não está? Então, se a Fatma terceirizar, auditar e responsabilizar o mal profissional, nós teremos uma metodologia diferente no licenciamento e poucos problemas com licença ambiental, pois aquele que assina o parecer, o primeiro momento de um processo de licenciamento para o órgão analisar, ele vai pensar uma, duas, dez vezes antes de colocar a profissão em risco por causa de um licenciamento ambiental que não poderia sair.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera) -**

Uma questão de ordem, pessoal. O Deputado Cesar Valduga está com um problema aqui na Comissão ao lado, pois está com uns projetos para serem relatados. Então eu gostaria, antes que ele se ausentasse, de ceder-lhe a palavra.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Cesar Valduga.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL CESAR VALDUGA -** Obrigado, Deputado Padre Pedro.

Primeiramente eu quero saudá-lo e parabenizar-lhe pela iniciativa de sempre trazer o tema da fraternidade para o debate, para socializar com toda a população catarinense. E, diga-se de passagem, temas que sempre tratam sobre a questão da vida. Isso mexe muito com a gente e faz, sem dúvida nenhuma, com que consigamos refletir ainda mais sobre as nossas ações. Quero saudar o dom João Francisco, o dom João Vilson, o Darci que estava aqui conosco; saudar também o Eduardo, o Prefeito de Tangará, o professor que fez uma manifestação tão interessante.

Todas as intervenções são importantíssimas, mas esse tema, que trata sobre a questão do bioma da Mata Atlântica, submetemos a um novo modo de se viver. Nós precisamos refletir sobre estas questões, pois vivemos numa sociedade em que o ter, muitas vezes, é mais importante que o ser, que está ficando de lado. E nós percebemos com essa degradação do meio ambiente, da própria biodiversidade, da água, da terra, dos animais, enfim, nos damos conta do veneno que está tomando conta e nós precisamos agir.

O debate é muito importante, temos que realizar mais debates, mas também levar a sociedade a essa grande reflexão, embora o mais importante seja a ação, ação que vamos desenvolver e, como o Padre Pedro falou tão bem, devemos fazer encaminhamentos nesta audiência.

A Igreja, a CBB já estão mobilizadas, já desenvolvem ações importantíssimas, que precisam do apoio da sociedade, dos órgãos governamentais, dos movimentos sociais, para que se crie mais corpo a todo esse movimento que propomos em relação à questão da vida, ou seja, um novo modo de se viver.

Falamos aqui sobre a questão da água, do saneamento, e falamos sobre o problema de cidades que crescem desordenadamente, sem planejamento, que causam muitas vezes a exclusão social. Nós precisamos defender que as cidades sejam mais condensadas, mas a política é reversa e vem de encontro a esse objetivo.

De acordo com o que disse o Deputado Darci de Mattos, essa sintonia aqui protagonizada pelo nosso querido Padre Pedro tem iniciativas importantes como essa de trazer esse debate, de trazer a comunidade católica, eclesial, para que possamos nos immanar para essa reflexão, para esse debate, mas também para essas ações, que devemos encaminhar neste dia de hoje.

Vejo que nós temos também uma lei que criou a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma da Mata Atlântica naquele período do dia 27 de maio em que se comemora o dia da mata atlântica.

Quereria deixar como sugestão, antes de sair, que possamos desenvolver ações como essa, de muita valia, de muita importância, que fazem com que reflitamos sobre um modo de se viver, com que sejamos guardiões, sentinelas dessa caminhada pela vida, com relação à questão dos resíduos sólidos, das bacias, da terra, com a questão da produção orgânica, agroecológica, pois a gente vê hoje uma produção descontrolada sob a ótica dos insumos agrícolas e, conseqüentemente, o veneno que destrói a mata atlântica.

Temos também um projeto que está tramitando nesta Casa, desde 2014, que dispõe sobre a implantação de ecodutos para transposição da fauna. Nós percebemos quando andamos nas nossas rodovias a quantidade de animais mortos por veículos. Então nós temos que nos debruçar sobre esse projeto - Padre Pedro tem sido um grande protagonista sobre questões da água, da vida, do meio ambiente - para que nós e as políticas públicas da Casa, bem como as Comissões de Transporte, do Meio Ambiente, possamos pensar em cidades mais planejadas. Os animais morrem nas rodovias porque não existem ecodutos e os animais não têm passagem para o outro lado da pista, seja nas ferrovias, seja nas rodovias.

Eu quero sugerir que possamos deixar encaminhamentos para essas datas que são importantes diante dessa iniciativa da comunidade católica, da comunidade eclesial, para que possamos desenvolver ações, também, além do debate, das reflexões que se fazem no Brasil inteiro. As campanhas da CNBB são fantásticas e realmente mexem com as pessoas, mexem com o ser. Nós temos que trabalhar, sem dúvida, numa metodologia em que o ser seja muito mais importante do que o ter.

Quero aproveitar o Deputado Padre Pedro, pois nós desenvolvemos uma ação aqui na Assembleia Legislativa em defesa da democracia, em que a comunidade eclesial foi honrada pelo trabalho democrático que exerce. Temos também a luta contrária à reforma da previdência, em razão da qual o agricultor vai morrer com o cabo da enxada na mão. Quem vai pagar a conta dessa reforma serão os pequenos, os mais humildes, ou seja, os trabalhadores.

Permita-nos, Deputado Padre Pedro, que possamos entregar à comunidade eclesial essa honraria da Assembleia Legislativa (*Faz a entrega de placa de honra ao Arcebispo D. Wilson e ao Padre João Francisco*).

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera) -** Lembro-vos que em 1940 aconteceu o Congresso Indigenista Interamericano, no México. Em 1943, o então Presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei n. 5.540, que estabelece o dia 19 de abril para celebrar o Dia do Índio, que é hoje. Digo isso só para trazer à memória e nos lembrar dos nossos povos indígenas, que fazem parte do bioma, mas estão à margem e muito esquecidos.

Nós temos ainda duas pessoas inscritas e temos a chegada da doutora Lúcia, que teve problema para chegar no horário previsto, mas eu gostaria que a senhora pudesse sentar-se aqui para compor a mesa conosco.

Passo a palavra para o senhor Clóvis Vanin de Moraes, Pastoral Ecológica da Paróquia de São Lucas de Lages.

**O SR. CLÓVIS VANIN DE MORAIS -** Eu sou da paróquia São Lucas, da diocese de Lages, faço parte da Pastoral Ecológica, criada pelo nosso pároco. Nós estamos muito preocupados com a questão do plantio de soja na Coxilha Rica, Município de Lages, não apenas por causa das ARTs, pois nós estaríamos tirando a responsabilidade dos órgãos governamentais e colocando-a toda sobre os agrônomos ou sobre aqueles que fizeram as ARTs para o plantio das sojas.

Existe um levantamento sobre os resíduos dos defensivos agrícolas sobre o rio Pelotinhas, sobre o rio Pelotas, sobre o rio Escuriño. Existe uma questão sobre a estrada que estão querendo asfaltar, que liga a Coxilha Rica à BR-116. Nós sabemos que a Coxilha Rica é um território totalmente pastoril, é uma terra em que o bioma foi feito para gramíneas e nós estamos colocando leguminosas e, além delas, estamos usando glifosato (herbicida) junto com elas, o que traz várias conseqüências para o meio ambiente e para a mesa daqueles que consomem esses produtos.

Corrigindo o que o nosso amigo falou anteriormente, a mata atlântica está presente, sim, somente em Santa Catarina, mas no Rio Grande do Sul existe também o bioma pampa. Nós temos dois biomas na região sul, que são o bioma mata atlântica e o bioma pampa.

Eu gostaria, também, de parabenizar o nosso grande Mestre Ademir do qual fui aluno na primeira fase de Botânica na Universidade Federal de Santa Catarina pelo trabalho exposto e vejo que está dando continuidade ao que nos ensinou.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera) -** Gostaríamos de convidar à mesa a senhora Elisa Lima, da diocese de Lages. A senhora Elisa assessora da Juventude Franciscana (Jufra) e da própria Pastoral da Juventude. Passo a palavra para a senhora Elisa Lima.

**A SRA. ELISA LIMA -** Bom dia a todos e a todas, paz e bem.

Agradeço a oportunidade de poder estar aqui, quero parabenizar o proponente desta audiência pública, o Deputado Padre Pedro, e cumprimentar todos os membros da mesa.

No trabalho que desenvolvemos na nossa diocese já é bem forte a questão da Pastoral da Juventude. E a Juventude Franciscana atual traz muito a responsabilidade do meio ambiente para os nossos meios. Isso a gente trabalha muito em todas as coisas que fazemos, tanto em relação ao nosso cuidado com a Casa Comum, como em relação à nossa condição de cidadãos.

Nosso amigo disse no início da audiência que em nossa vivência do Evangelho a gente tem que trazer a responsabilidade da igreja para nós, mas eu creio que acontece, até mesmo no Tríduo Pascal, quando nós tivemos a leitura sobre Gênesis, sobre a criação, que também traz a responsabilidade para nossa responsabilidade interior quando diz que a todos nós foi dado o poder ou cuidado de agir sobre todas as criaturas.

A nossa região de Lages vem sendo degradada há muitos anos, há muitas décadas, como, por exemplo, a madeira, que vem sendo usada pela indústria moveleira há muito tempo para exportação. Por isso as nossas madeiras nativas foram muito retiradas. Hoje a

degradação acontece por causa da plantação excessiva de pinus e quem conhece a região sabe que nós, infelizmente, estamos perdendo muito em função desse plantio de pinus e pouca coisa vem sendo feita para reconstrução da floresta nativa.

Quando nós falamos em araucária, a dificuldade que temos hoje com sua preservação está relacionada com a extinção da Gralha Azul, a própria ave nativa responsável pelo replantio natural dessa árvore. O desafio maior para nós jovens é conscientizar os nossos governantes locais da gravidade da situação. Ano passado nós apresentamos um projeto na Câmara de Vereadores para que pudéssemos reconstruir um parque ecológico que depois de inaugurado não durou muito tempo, porque, infelizmente, não teve continuidade. E na cidade não temos mais condições de fazer um parque urbano, pois a cidade já está toda tomada, mas o pinhão continua sendo uma grande fonte econômica para a cidade. E o pinhão vem da araucária - inclusive a Festa do Pinhão é em junho, já deixo aqui o convite - e muitas pessoas vivem desse lucro econômico em função da pinha.

Uma outra fonte de renda que fiquei sabendo há pouco tempo acontece com a exportação do butiazeiro. E eu pergunto de que forma a população, como cidadã, pode contribuir com essa fiscalização, que tipo de trabalho podemos fazer para que não somente a extinção da araucária não ocorra, mas, principalmente para que possamos aumentar o cultivo dessa planta.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Baldissera)** - Passo a palavra para o senhor Anésio da Cunha Marques, coordenador regional, substituto da Coordenadoria Regional de Florianópolis do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, CR9 e ICMBio. [Revisora: Cláudia Fernandes de Souza]

**O SR. ANÉSIO DA CUNHA MARQUES** - Eu quero dar os parabéns ao Deputado Padre Pedro pela iniciativa e principalmente à CNBB, à Igreja Católica pelo tema da Campanha da Fraternidade.

Eu sou agrônomo, trabalhei muitos anos com agroecologia numa ONG na região sul do Paraná e a gente sempre contou com a parceria muito grande da igreja, da Pastoral da Juventude, da Pastoral da Terra e mesmo dos ministros da eucaristia de cada comunidade. A gente teve um salto bastante grande quando elaboramos um material muito interessante que utilizava textos bíblicos com respeito à terra e à produção de alimentos. Se não me engano, era alimento sagrado e viver em comunhão, algo assim. A gente elaborou um manual técnico, digamos assim, junto com um livrinho que originou uma novena específica, com o Bispo D. Walter na região de União da Vitória. Esse envolvimento da Igreja Católica é algo extremamente importante.

Eu sou da coordenação regional do ICMBio, a instituição responsável pela gestão das unidades de conservação federais do Brasil. Já que tem várias pessoas que talvez não tenham contato no dia a dia com essa área, em 2007, o Ibama, que era o responsável pelas unidades de conservação federais, foi subdividido: o Ibama continuou com o licenciamento e a fiscalização e as unidades de conservação passaram para a gestão do Instituto Chico Mendes. Nós somos da coordenação regional, com sede aqui em Florianópolis e procuramos dar apoio às 42 unidades de conservação federais que existem no Sul do Brasil. Dessas 42, 39 são no bioma da mata atlântica e três no bioma pampa.

Aqui em Santa Catarina nós temos quinze unidades de conservação federais de diversas categorias, desde aquelas que a posse não é pública, que são de uso sustentável como as APAs, as Áreas de Proteção Ambiental - aqui em Santa Catarina temos duas, a APA de Anhatomirim em Governador Celso Ramos e a APA da Baleia Franca em vários Municípios do litoral - até aquelas unidades mais restritivas como as reservas biológicas, as estações ecológicas como, por exemplo, a Reserva Biológica do Arvoredo. Mas, as unidades de conservação são uma estratégia, como disse o senhor Ademir Reis - parabéns por convidá-lo, é uma das pessoas que mais entende de flora em Santa Catarina e, principalmente de recuperação de áreas degradadas -, são extremamente importantes, mas como todo o setor do meio ambiente, como alguém falou aqui do corte de 51% do orçamento, entre o que se propõe às unidades de conservação e o que elas conseguem realmente fazer, há um caminho longo a ser percorrido. Nós avaliamos que das 42 unidades de conservação do Sul, nós temos 6 com uma equipe, digamos, suficiente. Então, nós temos o problema de equipe e o problema da implementação da unidade. Não vamos entrar muito em detalhes, senão seria muito longo.

E essas dificuldades são diferenciadas em cada situação aqui nas nossas quinze unidades da Santa Catarina. Têm aquelas que são totalmente consolidadas e aquelas pouco consolidadas, umas com

mais conflitos e outras com menos conflitos como, exemplo, o Parque Nacional da Serra do Itajaí, um parque recente, dos anos 2000, com mais ou menos 59 mil hectares; nós temos 600 hectares desapropriados que são de posse pública e o restante precisa ser desapropriado. Temos uma equipe de 4 analistas ambientais, o que é insuficiente, temos sérios problemas de caça, que está se intensificando, e há também a coleta ilegal de palmito.

Por outro lado, as unidades de conservação, por existirem, tem no seu perímetro uma barreira ao avanço da destruição, mesmo naquelas áreas do Brasil muito grandes, como a região Amazônica - se você ver uma área, uma floresta nacional lá no fim do mundo, digamos assim, mas, se for ver bem, ter aquele perímetro significa uma contenção à degradação; por outro lado, também significa conflitos; se estabelece o perímetro e nesse perímetro tem moradores. Então, o Estado precisaria ser mais ágil na desapropriação e na efetivação dessas unidades.

Das quinze unidades de conservação, nove têm plano de manejo e seis ainda não tem; na média nacional é boa, mas para o Sul do Brasil, por ser Santa Catarina, nós deveríamos ter o plano de manejo em todas elas há muito tempo.

E um aspecto que o Ademir colocou: a mata atlântica. Todo o Estado de Santa Catarina tem mata atlântica, mas tem também mata araucária, a floresta ombrófila densa, os campos. Os campos realmente são muito esquecidos. Do ICMBio o que nós temos de unidade de conservação? O Parque Nacional de São Joaquim, que um dos principais atributos é conservar os campos, e a parte catarinense dos Aparados da Serra. É muito pouco. Tem a questão da Serra dos Padres, que está no processo de criação, mas é bem desassistido.

Eu sou do planalto norte, de Porto União. Lá nós temos uma unidade de conservação federal. Eu trabalhava lá em Três Barras; quatro mil hectares. Por outro lado, nos quinze Municípios do planalto norte catarinense, mais ou menos oitocentos mil hectares, nós temos 30% de cobertura vegetal, mais ou menos duzentos mil hectares, e são agricultores. Então, tem essa questão de que muitos agricultores também preservaram e, muitas vezes, hoje, isso entra na questão das possibilidades de manejo e até de compensação ambiental.

O Estado de Santa Catarina tem um projeto de compensação ambiental, não sei exatamente como é que ele anda, mas não adianta ter uma estratégia somente de unidades de conservação de ilhas, como aqui foi falado, se você não dá condições da agrofloresta se desenvolver, da agricultura orgânica se desenvolver de forma menos agressiva. Esses fragmentos, essas unidades de conservação têm que se interligar, têm que conversar, têm que valorizar também os proprietários que ao longo das suas histórias conseguiram preservar.

E o Instituto Chico Mendes, com as suas unidades de conservação, fica à disposição da comunidade e da Assembleia para discutir os problemas que cada unidade tem com as suas particularidades. Um dos princípios do Instituto Chico Mendes é a gestão participativa. Então, se alguém está tendo alguma dificuldade de participação nas unidades, pode recorrer à coordenação regional porque uma das diretrizes é a gestão participativa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Baldissera)** - Obrigado, Anésio Marques.

De imediato, passo a palavra à doutora Ana Lúcia Hartmann, Procuradora do Ministério Público Federal de Santa Catarina, que em muitas oportunidades se fez presente para dialogar sobre diversas temáticas nesta Casa. Então, para nós é sempre uma alegria tê-la presente.

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Boa tarde a todos.

Eu peço desculpas pelo atraso. O Murilo já me disse que eu perdi a palestra do professor Reis. Eu já o assisti várias vezes, mas eu nunca gosto de perder as suas conversas que são sempre extremamente didáticas e inspiradoras para o nosso trabalho, o Ademir sabe disso já que colabora e sempre colaborou muito com o Ministério Público do Estado e com o Ministério Público Federal.

Gostaria de dar os parabéns ao Padre Pedro pelo evento, agradecer pelo convite, e dar os parabéns para a CNBB, especialmente. É a segunda vez que eu participo de uma Campanha da Fraternidade da CNBB. A primeira vez foi há alguns anos quando o tema foi a água, e, naquela época como até hoje, é fonte de grande preocupação. Lembrando, já que nós temos um representante da Fatma aqui na mesa, que até hoje o Estado de Santa Catarina não tem um plano de gestão das suas águas, dos seus recursos hídricos, que é uma falha que me parece injustificável.



O Padre Pedro apontou que eu já estive várias vezes aqui na Assembleia Legislativa, muitas vezes em momentos de grande turbulência, de grande beligerância. Cada vez que eu entro aqui eu lembro que tanto eu quanto o meu colega Eduardo Barragan fomos considerados *personas non gratas* pelos Deputados desta Casa porque fizemos uma recomendação para que não fosse aprovado O Código Ambiental de Santa Catarina, que é um verdadeiro absurdo e que, na verdade, colocou à venda os recursos naturais deste Estado. Esta Assembleia, infelizmente, está sempre avançando sobre o que resta dos remanescentes florestais, sobre o que resta dos recursos hídricos do Estado, etc. Infelizmente.

Desde a manhã, nós estamos mandando *e-mails* porque estamos em plena campanha do Abril Indígena, hoje é o Dia do Índio. A última contagem não chega a seiscentos mil indígenas. Está para sair um livro do Instituto Socioambiental com o último levantamento, mas essa contagem diverge entre seiscentos mil e oitocentos mil indígenas em todos o País. E se nós olharmos com espírito desarmado e com atenção os mapas dos remanescentes florestais deste país, nós vamos ver que eles se sobrepõem às áreas indígenas. Ou seja, os maiores remanescentes deste país estão sendo preservados pelos indígenas brasileiros. Talvez a gente tenha muito a aprender com eles.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas. A Igreja Católica tem sido uma grande fonte de inspiração para o nosso trabalho, principalmente o Papa Francisco. Outro dia, eu comentei com o Murilo que eu ando citando o Papa Francisco nas minhas petições iniciais, para ver até se eu consigo inspirar os juízes para que eles tenham mais atenção com esse nosso patrimônio, com essa nossa casa.

Eu fiquei muito feliz em ver aqui representantes da Pastoral da Juventude porque temos dificuldade de fazer educação ambiental hoje em dia e de chegar até a juventude brasileira num momento de crise financeira, num momento que parece que a única coisa que vale é correr atrás do dinheiro, das dificuldades do dia a dia esquecendo que nós estamos matando o nosso futuro. O quadro realmente não é muito bom.

Para Santa Catarina eu gostaria de deixar alguns pedidos, digamos assim, para o Padre Pedro, pois nós temos um problema muito grande dos dados. Santa Catarina não fez até hoje - já começou em várias ocasiões, chegou a usar dinheiro público no passado para fazer alguns levantamentos que hoje estão desatualizados - o zoneamento ecológico-econômico do Estado. Esse é um documento originário de um decreto do último ano do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vocês imaginem há quanto tempo! Levantamentos já foram feitos, inclusive pela saudosa Lúcia Sevegnani, de Blumenau, sobre uma parte dos remanescentes de mata atlântica, já que todos os ecossistemas de Santa Catarina estão compreendidos entre os biomas de mata atlântica. Nós precisamos desses dados. Esses dados são essenciais para se fazer, por exemplo, planejamento do gerenciamento ecológico também da zona costeira catarinense, que também está sendo perdida para essa enorme pressão imobiliária de turismo, turismo selvagem e que nada tem de sustentável. Então, é superimportante que a Assembleia Legislativa esteja à frente desses levantamentos.

Nós não podemos nem discutir... eu acho engraçado quando os órgãos ambientais chamam o Ministério Público para discutir como é que vamos estabelecer corredores ecológicos, se nós nem sabemos onde estão os remanescentes. Tem uma discussão enorme entre Fatma, Ibama e ONG sobre onde estão ou como se classificam as florestas primárias, avançadas ou médias. A gente sabe muito bem, não é, professor Ademir, que quando tem um grande empreendimento, todas estão em fase inicial de regeneração; elas nunca são nem médias, quanto mais avançadas e muito menos primárias. Então nós precisamos disso para fazer um planejamento do uso adequado desses elementos naturais tão ricos que este Estado tem.

Então, a gente sabe que restam talvez 7% de remanescentes de mata atlântica no Brasil inteiro, Santa Catarina tem o número aproximado um pouco melhor, mas já vi também, por exemplo, apresentações da Fatma em que a contagem, de uma altura, talvez, desde a lua em que entra nos remanescentes até floresta de pinus, de eucalipto etc., contado como mata atlântica, como remanescentes. Isso não é verdade.

Quería chamar atenção para o ecossistema associado da mata atlântica da restinga, que é justamente o ecossistema típico do litoral catarinense que também está sofrendo uma pressão muito grande. Nós aqui em Florianópolis temos uma riqueza enorme com os manguezais, que estão, infelizmente, extremamente contaminados, o que contamina toda a produção pesqueira de Santa Catarina, a

produção de ostras e mariscos nessa região. Então, nós não estamos falando como românticos sonhadores ecologistas, nós estamos falando de uma coisa que diz respeito à nossa economia, à nossa vida e ao futuro da nossa população.

A última coisa que eu vou falar, porque me chamou atenção, é que eu esperava que o representante do ICMBio lembrasse de dizer que as unidades de conservação federais estão em grave risco e não é só porque houve corte de orçamento ou porque o governo federal atual não tem o menor interesse na manutenção dessas unidades de conservação, elas estão em risco imediato de destruição através de medidas provisórias. Eles não estão fazendo mais nem projeto de lei - quando eu digo eles são as grandes bancadas que comandam o Congresso Nacional - para o Congresso para destruir unidade de conservação ou meio ambiente, porque agora é por medida provisória.

Nós tivemos agora, estou falando agora no mês de abril, um grande revés no que diz respeito ao Parque Nacional de São Joaquim. Um Deputado Federal de Santa Catarina pegou carona numa medida provisória para diminuir florestas nacionais no Norte do País, porque eles chegaram à conclusão de que as florestas nacionais impedem a construção de mais não sei quantos Belos Montes, e eles precisam destruir mais, eles precisam fazer mais licitações... e não sei quantas Lava-Jatos nós vamos ter que fazer para dar conta dessa confusão. Mas de carona nessa medida provisória. E nós, da área jurídica, sabemos que uma medida provisória criada pela Constituição de 1988 era para quando houvesse uma extrema urgência do governo federal fazer legislação sem ter que passar por todo o processo legislativo. Depois de certo momento, ela começou a ser usada a torto e a direito, e o atual Presidente simplesmente tem usado esse artifício talvez mais do que todos os últimos Presidentes juntos nesse ano de mandato. O Deputado Federal catarinense pegou carona nessa medida provisória que diminuía...

*(O senhor Murilo Silva, assessor do Deputado Padre Pedro, manifesta-se fora do microfone: "Doutora, quem é o Deputado?")*

Eu não gostaria de citar o nome. Vocês me desculpem. Vocês devem saber quem é, eu não gostaria de citar o nome porque eu já sofri tantas representações do Conselho Nacional no Ministério Público, então, eu me abstenho de citar nomes. É muito fácil conseguir o nome. Mas ele colocou lá uma diminuição da área do Parque Nacional de São Joaquim, uma unidade de conservação federal, a mais antiga de Santa Catarina e extremamente importante. Nós estamos falando não só da região aonde existe o maior remanescente de araucárias do Estado de Santa Catarina, nós estamos falando da região que junto com o Campo dos Padres é a região que pereniza os maiores rios de Santa Catarina. São os rios que fazem a fronteira com o Rio Grande do Sul. Então, já era urgente criar o Parque Nacional do Campo dos Padres. Foi paralisado no Ministério do Meio Ambiente por força dos políticos de Santa Catarina, que eu acho que eles nem entendem a importância da criação da unidade de Campo dos Padres porque ficam lutando.

O que me deixa constrangida é ver políticos lutando, muitas vezes, pelos interesses de um ou dois latifundiários, de um ou dois empreendedores, quando, na verdade, eles representam toda a população de Santa Catarina.

Então, Campo dos Padres é urgente, tem que ser criado para a gente poder defender as nascentes dos rios Canoas e Pelotas, e o Parque Nacional de São Joaquim não pode ser diminuído, ao contrário, ele tem que ter a sua situação fundiária estabilizada, resolvida para que ele cumpra com seu papel ambiental que é extremamente importante para o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigada, doutora Ana Lucia.

Passo a palavra ao senhor Antônio Melo, presidente da Associação Catarinense de Aquicultura.

**O SR. ANTÔNIO MELO** - Bom dia a todos.

Quero parabenizar o Padre Pedro por fazer uma audiência para discutir a questão não só do bioma, mas de outras questões que estão relacionadas à vida, à produção de alimentos. Também quero parabenizar a doutora Ana Lúcia que tem sido sempre uma defensora das causas não apenas ambientais, mas de várias causas e que sempre está do lado da população.

O dom Wilson tinha colocado no início, a Associação Catarinense de Agricultura trabalha na produção de alimentos, com a produção de peixes e moluscos, e para isso tem que ter água de qualidade. Então, a nossa preocupação tem sido regularizar essa atividade no Estado.

O Padre Pedro trabalhou alguns anos com uma legislação e depois dessa legislação foram dados trinta meses para que a piscicultura no Estado fosse regularizada, mas passou os trinta meses e nada foi feito. E nós estamos desde 2014 com uma nova legislação em andamento e a informação que chega para nós é a de que está parada na Fatma, que está parada na Secretaria da Agricultura.

Com o Ministério Público estadual a gente já esteve por várias vezes conversando porque nós estamos tratando de regular uma atividade que produz alimentos saudáveis. Nós estamos falando de 29 mil agricultores que estão nas suas propriedades utilizando a água para a produção de peixes. Então, o nosso questionamento é em relação a essa demora que tem Santa Catarina em regularizar questões que são importantes, como a doutora Ana Lúcia também colocou. É uma dificuldade de ter dados e de regularizar essas questões. Essa legislação estadual vem no sentido mais de ajudar a regular os pequenos e ter, na verdade, uma qualidade de água, porque peixe não se produz se a água não tiver qualidade.

Então, nós somos defensores da qualidade da água não só no bioma na questão continental, mas também no litoral porque nós temos treze Municípios que produzem moluscos e que se nós não tivermos um tratamento adequado nesses Municípios, como é o caso de Florianópolis, toda a produção estará comprometida. E vocês, às vezes, têm acompanhado a questão das marés vermelhas que tem muito a ver com a qualidade das águas que vem dos rios, que vem com uma qualidade já comprometida pelo esgoto e pelos agrotóxicos e causa um dano na produção tanto na baía norte quando na baía sul.

Então, Padre Pedro, a gente gostaria de continuar esse debate, principalmente envolvendo o Ministério Público estadual, o Ministério Público Federal, a Fatma, o ICMBio, outros órgãos, a Assembleia Legislativa para que a gente consiga fazer alguns acordos e fazer com que essas coisas aconteçam, porque a gente passa de uma audiência para outra e as questões continuam as mesmas e os problemas não se resolvem.

Em muitos casos, quando a gente vai para uma audiência com um só órgão público, ele acusa o outro órgão público de não executar. Na questão do saneamento sempre é colocado que a doutora Ana Lúcia, assim como o ICMBio, é que travam a questão do tratamento do saneamento aqui em Florianópolis. Isso a gente sabe que não é verdade, porque os projetos, os programas até hoje apresentados não o são feito de uma forma que venha a regulamentar a questão de tratar bem o nosso saneamento.

Este ano nós temos a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e é importante a participação, porque os nossos córregos, como foi falado aqui, de Itajaí e de Florianópolis, estão praticamente com a qualidade da água comprometida.

É isso, Padre Pedro, a gente se coloca à disposição para ser parceiro nos debates, principalmente em relação à qualidade da água em Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem.

Eu gostaria que a gente apontasse um encaminhamento como fruto desta audiência. Foi importante, e daqui pra frente?

Então, na sequência, com a palavra o nosso sempre Deputado Idelvino Furlanetto.

**O SR. IDELVINO FURLANETTO** - Bom dia a todos.

Observando as orientações do dom Wilson e do dom João, claro que é um compromisso de todos nós.

Ontem à noite nós estávamos reunidos no Grupo Bíblico e Família (GBF) onde nós fazíamos a amostragem a partir do pão e aqui nós estamos repartindo o pão, no conhecimento, no saber e na forma de caminhar. E a doutora Ana Lúcia também nos empolga no seu comando em relação à necessidade de nos impormos um pouco mais.

Mas queria lembrar e até fazer um convite além do da Romaria da Terra, em setembro: O Deputado Padre Pedro, através de uma lei, criou o Dia do Rio, e nós já escutamos muitas vezes aquela música Salve Meu Rio. Então, o dia 24 de novembro é o Dia do Rio. Que tal se nós pudéssemos fazer uma celebração nas cabeceiras dos rios através de caminhadas, para lembrar um pouco das águas, essa água que a Associação dos Aquicultores se manifesta a favor? Então, levar como sugestão nas celebrações, nas igrejas, nas comunidades, para os catequistas, para os ministros, para que, onde pudermos, onde estivermos fazermos uma celebração ao Dia do Rio.

Vamos olhar o meu rio, ver como ele está. Em moro em São José, e São José não tem nenhum rio que seja de boa qualidade. Pesquise na Internet onde você pode encontrar um rio que não esteja poluído. Olha, o que tem de lei aí que diz que cuida disso e daquilo,

mas os fiscais o representante da Fatma que me perdoem: nós vivemos num lamaçal! Nós temos que tirar o nosso pé do lodo. Então, dom Wilson, como um compromisso, vamos fazer uma celebração e olhar o rio. Se for possível, vamos lá! Eu vou me preparando para nós fazermos uma atividade grande sobre o Dia do Rio.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito bem.

Passo a palavra para a senhora Carla Guimarães para encaminhamentos.

**A SRA. CARLA GUIMARÃES** - Nós sabemos que a Campanha da Fraternidade não encerra no domingo de Páscoa. Os problemas não são resolvidos com o período da Quaresma. É necessário ter um processo de continuidade.

Então, duas sugestões: solicitar à Comissão do Meio Ambiente para fazer uma carta aberta à sociedade reafirmando o compromisso da CNBB e da Comissão com as questões ambientais que assolam o nosso bioma, trazendo as problemáticas que a doutora Ana Lucia apresentou e os dados trazidos pelo professor Ademir e pelo companheiro Toninho, além das manifestações de tantos outros, e apresentando as principais demandas do nosso Estado. [*Taquígrafa- Revisora: Sabrina Schmitz*]

E a segunda proposta, já casando com aquilo que a CNBB, em consonância com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, propôs, é a de rearticulamos em Santa Catarina o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, que é um Fórum ampliado, formado por vários coletivos, como movimentos sociais, grupos ecológicos, no qual discutimos as questões que afloram a preservação do meio ambiente. A doutora [*dirige-se à Procuradora Ana Lúcia Hartmann*] está convidadíssima também para estar nesses espaços, a fim de que possamos discutir aquilo que nos incomoda e o que podemos trazer como alternativas de políticas públicas para melhorar a nossa situação do bioma da mata atlântica, do nosso país de uma maneira geral, sempre num processo de diálogo com o Poder Público, com a Fatma, a Casan, a Alesc, esta Casa que é nossa, que é a Casa do Povo.

Então, são duas propostas: uma carta desta audiência e agora, em maio, a CNBB estará fazendo uma chamada para rearticulamos o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, e queríamos também contar com todos que estiveram aqui representados para compor esse grupo e fazermos um processo de continuidade da Campanha da Fraternidade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigado, Carla.

Então temos duas sugestões de encaminhamento.

Há algum outro encaminhamento fruto desta audiência?

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Eu gostaria de pegar carona e pedir que fosse feita uma moção a todos os Deputados e Senadores catarinenses contra a aprovação dessa emenda à medida provisória que diminui a área do Parque Nacional de São Joaquim. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Temos então três sugestões.

Com a palavra a senhora Lizandra Carpes, da diocese de Joinville.

**A SRA. LIZANDRA CARPES** - A Campanha da Fraternidade também tem subsídios e um deles é para as escolas, já que foi citada a questão da educação aqui. Ontem nós estávamos em reunião lá em Joinville tratando da questão da Campanha e nós vamos mobilizar o Município para levar esse subsídio, mas a gente precisa também que o Estado se mobilize.

Então um encaminhamento, também desta Casa, voltado à questão da educação, para que esse subsídio da Campanha, que é preparado para as escolas, chegue nas escolas também para ser trabalhado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Com a palavra dom João Francisco.

**O SR. BISPO D. JOÃO FRANCISCO SALM** - Eu volto a sugerir, dentro dessa ideia de que a Campanha deve continuar, que nós aproveitemos essa motivação de romaria. É um lançar para frente, é um embalo, todas as dioceses estão empenhadas, a gente não pode perder quando tem um cavalo encilhado (*risos*), é pular em cima e sair andando. Esse material pode ser multiplicado e levado adiante, é um material bem feito, que pode ser complementado, melhorado, não é perfeito, mas, enfim. Então vamos aproveitar esse embalo para depois, quem sabe dali para a frente, a gente dar outro lance.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Mais alguma manifestação?

Com a palavra o senhor José Figueiredo, do Grupo reflexão, de Blumenau.

**O SR. JOSÉ FIGUEIREDO** - Nós estamos hoje atendendo o bioma e esse bioma está sendo contaminado com os venenos. Temos recebido vários relatos, como, por exemplo, o do agricultor que passa veneno no feijão, no trigo, e aí alguém pergunta se aquele produto é para comer, e recebe como resposta um não, que é para vender. Ou seja, quando ele passa veneno no seu produto, ele compra de outras pessoas, da agricultura familiar, que não passa veneno. Isso aconteceu o ano passado no Paraná, onde eu morei, e aqui na região de Taió aconteceu isso também, o agricultor passou o veneno e o agrônomo passou na estrada e viu. Um veneno proibido nos Estados Unidos há mais de dez anos, aqui no Brasil ainda é usado.

Eu acho que o governo do Estado e os Deputados deveriam se empenhar bastante nisso aí, porque nós, lá na cidade, estamos comendo tudo envenenado. O câncer está se desenvolvendo na nossa região, na verdade em todas as cidades, e eu acho que deve ser fruto da alimentação contaminada pelos agricultores. Então essas pessoas teriam que ter consciência, pois eles não comem aquele produto que eles mesmos produzem, mas aí os outros podem comer? Temos que fazer uma campanha contra isso, porque ele não come, mas os outros podem comer.

Então acho que nós temos que ter uma conscientização muito ampla nessa região e no Brasil todo a respeito disso. A questão dos transgênicos também tomou conta de tudo isso. E esta Casa deveria fazer uma campanha muito forte quanto à questão dos venenos, que mata não só o bioma, mas o ser humano que faz parte desse ecossistema.

Era isso aí o que eu teria a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Passo a palavra a dom Wilson.

**O SR. ARCEBISPO D. WILSON TADEU JÖNK** - A respeito dos rios, eu penso que é hora, de fato, de se fazer uma fiscalização, uma visita mesmo de residência em residência e ver como está instalado o esgoto. Eu penso que isso seja importante verificar e depois orientar, não é para multar ou coisa que o valha, mas orientar para que se corrija o erro, assim como também verificar o que escorre das ruas, para que não caia tudo nos rios. É necessário que haja uma política, algumas medidas precisas a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Feita a manifestação de dom Wilson, eu passaria de imediato a palavra para o nosso convidado especial, o professor Ademir Reis, para que num tempo suficiente, sem se estender muito, faça as considerações e, de repente, o fechamento deste debate importante que realizamos aqui nesta manhã.

**O SR. ADEMIR REIS** - Às vezes é complicado numa palestra a gente explicitar tudo. Em relação à questão das dez mudas de araucária ou cinquenta, eu quis dizer que se plantar dez com variabilidade genética, é melhor do que plantar um milhão de mudas irmãs e coirmãs, que estão criando depressão. E essa é uma questão que o povo não consegue entender. Plantou muda, então está bom. Até sobre essa romaria que eu estou vendo que tem ali, na qual vão plantar mudas, eu gostaria que vocês pensassem um pouquinho. Eu já disse, estão gerando bolsões de depressão endogâmica. É só para você pensarem, tá?

Eu acho que uma temática interessante e que eu defendi, por ser uma preocupação minha muito séria, é a questão dos campos de altitude, que eu acho que é a parte da mata atlântica mais comprometida. Lembram que a Lei da Mata Atlântica deixa claro que campos é mata atlântica? O pessoal continua ainda brigando que não é floresta, ou seja, confunde mata com floresta, e a lei não diz isso. Então é uma temática que parece foi recorrente. Eu defendi a questão da Coxilha Rica, defendi a questão do Campo dos Padres, a doutora Ana Lúcia Hartmann vem defendendo que é legal, e eu também defendo a questão do Parque Nacional de São Joaquim.

Acho que essa parece ser uma temática central e precisa sair algum documento nesse sentido daqui para mostrar que campo também tem que ser preservado. Isso é fundamental. E vejam que é uma questão contraditória de lei, porque na lei federal os campos são protegidos, mas o Código de Santa Catarina diz que não existe. Então, legalmente, a gente tem que pensar nisso.

Eu estou vendo todos empenhados nessa questão da CNBB, nessa Campanha da Fraternidade, que mexe com as ideias, e como eu sou muito professor ainda, muito acadêmico, eu acho que

uma ação interessante - e pensei quando ouvi alguém falar em escola, etc. -, que poderia ser desencadeada junto com a Assembleia Legislativa, com a CNBB, seria a produção de uma cartilha para chegar nas escolas. Eu acho que a questão da educação ambiental ainda é... Quer dizer, uma cartilha mostrando essa temática, água, rio, mata atlântica, tudo isso que está sendo discutido. Imaginem uma cartilha... eu estou colocando que a Igreja Católica assuma distribuir nas escolas de Santa Catarina, que a Assembleia Legislativa assuma, acho que é uma ação concreta de deixar um documento muito forte.

Eu gosto muito da força que pode ter uma cartilha bem elaborada, bem desenhada e bem trabalhada no sentido de gerar modificações na comunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Doutora...

*(Manifestação fora do microfone ininteligível.)*

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Com certeza, eu pensei justamente nisso. E pensei em outra coisa: já colocar à disposição o Ministério Público Federal como parceiro para fazer a cartilha e tenho certeza que o Ministério Público Estadual também vai ficar muito interessado. Acho excelente a ideia.

*(Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "A Assembleia tem a Escola do Legislativo, que pode...")*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Eu ia sugerir isso, que passasse pela Escola do Legislativo, junto com a CNBB, e eu acho que aqui nós temos que...

*(Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "Professor de Ciências também.")*

Isso.

Junto com o Ministério Público, seja ele federal ou estadual. Acho que nós poderíamos fazer essa provocação, e nós nos encarregamos de fazer isso, de tentar articular. Eu acredito que dá para avançar nessa sugestão, que é estratégica e extremamente importante, porque é aquilo que se fazia referência no começo da nossa audiência, que nós temos que trabalhar os meninos e as meninas desde o berço, desde lá é que nós temos que criar uma nova cultura, uma nova consciência. Acredito que seja a partir dali que as mudanças acontecerão.

Não é um processo que vai acontecer de hoje para amanhã, mas se a libertação do povo de Deus, que era escravo do Egito, demorou tantos anos, eu tenho muita esperança que talvez não precisemos de quatrocentos anos, mas de repente de quarenta anos se trabalharmos a cabeça da criança. É um processo, é uma caminhada. Como diz a Bíblia, um dia é como mil anos e mil anos é como um dia; não é o tempo, mas é como nós fazemos acontecer essa caminhada, e o caminho, como diz o ditado, se faz ao caminhar, criando consciência, consistência, etc.. Dessa forma a gente vai mudando também a realidade à qual nós estamos inseridos.

O Murilo anotou os pontos levantados pelo coletivo da audiência que servirão de encaminhamento, mas acho melhor ele mesmo ler, porque eu vou precisar decifrar essa letra. *(Risos.)*

**O SR. MURILO SILVA** - Eu também vou ver se consigo ler *(risos)*, porque eu escrevi rápido.

Eu anotei quatro propostas, mas acho que tem mais uma. Propostas de encaminhamento: ajudar na rearticulação do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social em Santa Catarina - é claro que aí é um pouco subjetivo, mas já parte também dessa ajuda; redigir e publicar uma carta-compromisso - teríamos que tirar aqui uma comissão de talvez três pessoas para redigir, contando com o apoio da ata feita pelos nossos taquígrafos, para poder pontuar algumas questões levantadas, e publicar essa carta para que as autoridades tomem conhecimento e a gente possa exercer algum mecanismo de pressão; elaborar uma moção de repúdio à Medida Provisória n. 756/2017, que reduz 20% da área do Parque Nacional de São Joaquim - isso foi a partir da Emenda n. 6, que pode ser consultada para ver quem a assinou, pois vários são os Deputados, dentre eles catarinenses, etc.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Só uma perguntinha: desses 20%, quantos por cento é a área do parque da Fatma? Vocês têm...

*(Manifestação fora do microfone ininteligível.)*

Não, porque esse parque tinha sido sobreposto sobre Unidade de Conservação Estadual e a Fatma estava questionando o ICMBio nesse ponto. Então a...

*(A Procuradora Ana Lúcia Hartmann manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)*

É, então... Só se depois...

**O SR. MURILO** - Ele é da década de 1960.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Não, da ampliação do parque.

(*O senhor Anésio da Cunha Marques manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Para a Fatma inclusive encampar uma defesa junto, por isso que eu pergunto: esses 20% seriam áreas além da... Eu sei porque nós trabalhamos para voltar a Unidade de Conservação da Fatma já devidamente regularizada.

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - São áreas que ainda não foram desapropriadas.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Não, as da Fatma tinham... \

(*A Procuradora Ana Lúcia Hartmann manifesta-se fora do microfone: "Essas áreas de 20%... Esses 20% estão em áreas ainda não desapropriadas."*)

**O SR. MURILO SILVA** - A doutora Ana Lúcia está dizendo, já que se manifestou fora do microfone, que esses 20% compreendem áreas ainda não desapropriadas.

**O SR. ANÉSIO DA CUNHA MARQUES** - Eu não tenho detalhes, porque não é da minha atribuição essa parte, mas o que aconteceu, e a doutora Ana Lúcia também me corrija. No ano passado houve todo um processo de redefinição dos limites, porque havia sérios problemas com os limites, e aí foi feita uma série de audiências públicas, de discussões e tal e foi feita uma lei que definiu os novos limites, só que o que foi enviado efetivamente, o perímetro, apresentou sérios problemas, e um deles foi a incorporação do Parque Estadual da Pedra Furada dentro desses limites; outros, inclusão de propriedades que nunca estiveram dentro do Parque foram incluídas; e áreas desapropriadas pelo ICMBio ficaram fora.

Então há um problema que a gente tem que cuidar para que isso não seja uma brecha para reduzir a área.

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Na verdade esse aí está no projeto de lei. Por isso que eu disse, o que o Deputado fez, como esse projeto de lei estava sendo discutido e ia entrar em audiência pública, etc., foi pegar carona na medida provisória. A medida provisória foi aprovada numa das Comissões, ela já foi aprovada, mas o que ele está falando é de outra coisa, é de um projeto de lei, como existem projetos de lei para diminuição de quase todas as Unidades de Conservação...

**O SR. ANÉSIO DA CUNHA MARQUES** - Na verdade foram redefinidos os limites, o projeto se transformou numa lei, então você tem um limite hoje que incluiu...

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Ah, tá, você está falando da treze mil e alguma coisa.

**O SR. ANÉSIO DA CUNHA MARQUES** - É, o novo limite incluiu o Parque Nacional da Pedra Furada, incluiu propriedades que não estavam dentro e ficaram fora áreas desapropriadas. Então tem que ter o cuidado para que eles não usem isso para reduzir...

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Por isso a minha pergunta, esses 20% englobam a área do Estado?

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Não, esses 20% são áreas não desapropriadas. Isso é o que está lá no documento que o Deputado catarinense colocou. Ele colocou assim, que esses 20% estariam em áreas ainda não desapropriadas e importantes para a agricultura, sei lá. Ele colocou ali.

O que é importante nisso aí é que não tem discussão nenhuma, isso está passando, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça do Senado eles não deixaram passar porque não teria, e não tem, pertinência com a medida provisória que diz respeito às florestas nacionais, mas depois, e a gente não sabe por quê, na semana passada eles acabaram aprovando a inclusão.

**O SR. MURILO SILVA** - De qualquer forma a assessoria do gabinete se compromete a fazer uma pesquisa, como você foi muito recente essa informação, para ver exatamente qual o detalhe de toda essa matéria legislativa, mas aqui é importante a gente apenas destacar que esta plenária aprova a elaboração dessa moção, a ser apresentada à Assembleia Legislativa, repudiando a emenda que visa reduzir 20% do Parque Nacional de São Joaquim. Isso é o que importa.

**O SR. ANÉSIO DA CUNHA MARQUES** - Nesse sentido, podia até ser no contexto da preocupação com a conservação dos campos nativos, englobar num texto a questão do Campo dos Padres com a não redução do São Joaquim.

(*O senhor Ademir Reis manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. MURILO SILVA** - E, finalmente, eu consegui anotar aqui a questão da cartilha que o professor propôs, e que o gabinete

aqui assume também a responsabilidade de levar à Escola do Legislativo para que a gente possa providenciar um material como esse. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - É. Articular, construir com a Escola do Legislativo.

**O SR. MURILO SILVA** - Faltou mais alguma questão? (*Pausa.*) Então eu acho que os garranchos deram conta. (*Risos.*)

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Então submetemos isso à apreciação da plenária. Todos concordam?

(*A plenária aquiesce. Palmas.*)

Vamos, agora, ver os três nomes que vão nos ajudar a redigir: a Carla Guimarães, o professor Ademir Reis e o Antônio. Definido? (*A plenária concorda.*)

Feito isso, para o fechamento desta audiência, eu concedo a palavra por trinta segundos para uma manifestação final ao senhor João Pimenta.

**O SR. JOÃO PIMENTA** - Deputado, demais componentes da mesa e plenária, em nome da Fatma, do nosso presidente Alexandre Waltrick, nós gostaríamos de agradecer o convite e nos colocar à disposição sempre para debater, questionar, colocar as nossas posições, muitas vezes questionadas ou não, mas eu acredito que a Fatma tem feito e faz um grande serviço ao Estado de Santa Catarina.

A doutora Ana Lúcia não estava aqui no começo da audiência, mas eu trouxe dados não da Fatma, mas do Estado, que são muitas vezes questionados pelo Ministério Público Federal e outros entes, em relação à conservação da mata atlântica em Santa Catarina. Segundo a SOS, o nosso Estado é o número um do País em conservação e em restauração, ou seja, é um trabalho que o Estado está fazendo. E uma outra posição que nós adotamos agora, nas nossas delegações de gestão florestal, foi colocar uma cláusula dizendo que os Municípios estão incumbidos de fazer o plano municipal de mata atlântica.

Acho que é uma briga muito grande da senhora [*dirige-se à Procuradora Ana Lúcia Hartmann*], pelo que o diretor da SOS me falou, aqui em Florianópolis e em outros Municípios, e a Fatma espera, nesse ponto, dar a contrapartida na fiscalização para a conservação do nosso bioma no Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigado, Pimenta, que é assessor jurídico da Fatma, pela contribuição e pela presença nesta nossa audiência pública.

Eu gostaria de aproveitar para socializar que no próximo dia 3 de maio teremos nesta Casa uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 238, de 2011, que dispõe sobre a substituição e o recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais e industriais sediados no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Então é uma audiência que será realizada pelas Comissões de Turismo e Meio Ambiente e de Constituição e Justiça desta Casa, que têm como Presidentes, respectivamente, os Deputados Valdir Cobalchini e Jean Kuhlmann, tendo como proponentes os Deputados José Nei Ascari e Valdir Cobalchini. Todos estão convidados a participar dessa audiência pública, às 10h, aqui neste espaço.

Na sequência, com a palavra a doutora Ana Lúcia Hartmann.

**A SRA. PROCURADORA ANA LÚCIA HARTMANN** - Eu gostaria de agradecer o convite e de me desculpar novamente, mas apesar de atrasada eu me coloco sempre à disposição para o debate sobre a proteção do meio ambiente em Santa Catarina.

Quero agradecer o Pimenta pela citação do laudo da SOS Mata Atlântica, porque nas considerações eles colocam que o estado de preservação da mata atlântica no Estado de Santa Catarina se deve muito ao trabalho do Ministério Público. Então é uma coisa que nos deixa extremamente orgulhosos e felizes, e esperamos sempre... Aliás, eu e o Murilo nos conhecemos desde o tempo do Movimento Ecológico (*risos*), e lá se vão alguns anos, e a gente espera sempre ter um dia uma Secretaria de Meio Ambiente - o Estado de Santa Catarina é um dos poucos do País que não tem Secretaria Estadual de Meio Ambiente - que tenha força e que seja realmente motivo de orgulho, que a gente tenha menos a discutir sobre contradições e mais a somar esforços pela proteção de Santa Catarina, dos nossos elementos naturais.

Eu fiquei aqui com uma excelente ideia do que está sendo feito pela CNBB, pela Igreja Católica brasileira a respeito do meio ambiente. Acho que é muito bem-vinda essa discussão, que internaliza, que alcança a juventude, e eu acho isso excelente. E fica aqui uma

proposta para os representantes da Igreja Católica catarinense. Eu imaginei aqui, eu sonhei aqui com o seguinte: cada paróquia, cada Pastoral adotar um dos rios de Santa Catarina. Adotá-lo e segui-lo. Vamos ver desde a nascente até a foz desse rio o que acontece com ele, o que é possível fazer, quem são as pessoas que podem ser chamadas, Comitê de Bacia, órgãos ambientais, etc. Já existem programas, existem campanhas, principalmente em São Paulo, nesse sentido, a adoção de um rio. Então quem sabe as paróquias catarinenses possam adotar um rio.

Eu acho que a gente já estaria tendo um grande avanço se isso acontecesse, assim como também cobrar da Fatma que faça um plano de gestão integrada, bem pensado e sustentável dos rios de Santa Catarina.

Muito obrigada e boa tarde a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Obrigada, doutora Ana Lúcia, que representa o Ministério Público Federal. É sempre bem-vinda.

Gostaria de fazer menção, acho que é interessante para a gente socializar. O atual Prefeito do Município de Anchieta, que fica lá no extremo, tem vindo a esta Casa e sempre diz o seguinte: "Eu tenho um compromisso". Ele é funcionário de carreira da Epagri. "Conheço e tenho mapeados todos os rios do meu Município e eu quero implementar na minha gestão no Município todos os cuidados necessários aos rios que atravessam o território municipal." E até nos pediu, ao Furlanetto, a nós, através do nosso Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, que pudéssemos, em parceria, ajudar a construir isso. Então é um desafio nosso também, enquanto Fórum desta Casa.

Lembramos que nós temos um projeto de lei, que hoje é lei em Santa Catarina, definindo a demarcação por onde aflora o Aquífero Guarani, desde o Rio Grande do Sul até o Paraná. Fazemos toda uma demarcação. É a questão turística, mas ela vai muito além dessa questão, e está inserido nesse debate que a CNBB está fazendo, o que fazemos hoje aqui. Estamos tentando ver na Secretaria da Infraestrutura para que a gente possa implementar essa demarcação onde ele aflora, que é onde ele está exposto. Não é só preocupação, mas um dever nosso enquanto Estado prever isso.

Arcebispo dom Wilson, vossa reverendíssima gostaria de utilizar a palavra?

(O senhor Arcebispo D. Wilson Tadeu Jönk, manifesta-se fora do microfone: "O presidente da CNBB.")

Com a palavra o Bispo D. João Francisco Salm, Presidente do Regional Sul 4, da CNBB.

**O SR. BISPO D. JOÃO FRANCISCO SALM** - Querida só lembrar que essa preocupação não tem raça, não tem cor, não tem credo, não tem cultura, é de todos nós. Então eu fico contente que de alguma forma a Igreja Católica, na Campanha da Fraternidade, deu um chute, uma pegada, que também não é uma coisa da Igreja, mas, enfim, se isso está indo adiante é o que importa, que em todos os setores, em todos os níveis esse assunto seja discutido para que haja uma grande motivação e se chegue a ações concretas que ajudem, como diz o Papa, neste momento extremo, a fazer aquilo que é possível para se ter um retorno àquilo que se precisa ter para poder viver bem aqui nesse mundo, neste Planeta. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)** - Muito obrigado, dom João Francisco.

Fazendo referência a Laudato si' a casa comum, que faz referência o nosso Papa Francisco, quer dizer, não é minha, ela é nossa, é de todos e, portanto, independente da cor e ao que pertencemos e do que participamos é dever cuidar da nossa casa. Se fizermos a nossa parte, com certeza nós estaremos construindo um hoje e um amanhã muito melhores de se viver.

Então muito obrigado a todos e a todas, especialmente à CNBB - Regional Sul 4, à Igreja, por provocar este momento importante. Obrigada a doutora Ana Lúcia Hartmann, ao Pimenta, que representa aqui o setor jurídico da Fatma, e em nome do Bispo dom João Francisco, os nossos agradecimentos a toda a Igreja de Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez o nosso muito-obrigado e um bom retorno a todos. (Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini][Leiturista Final: Ilka Maria Fretta]

**DEPUTADO ESTADUAL PADRE PEDRO BALDISSERA**  
**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Concorrência nº 002/2016, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO:** Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de publicidade e propaganda

#### RESULTADO:

Empresa vencedoras	Nota final da Proposta
Marcca Comunicação Ltda Epp	98,97
Onewox Multicomunicação Ltda	98,40
Neovox Comunicação Ltda	98,27

Florianópolis, 24 de maio de 2017

Helio Estefano Becker Filho

Presidente da CPL

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 040/2017

REFERENTE: Contrato nº 003/2017 celebrado em 30/03/2017  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)  
CONTRATADA: Floripetro Comércio de Combustíveis Ltda.  
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento, por demanda, de combustíveis comuns (gasolina, etanol e óleo diesel).  
VALOR GLOBAL: R\$ 1.023.176,00  
VIGÊNCIA: 01/04/2017 até 31/12/2017.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Atos da Mesa nº 94/2016, nº 128/2015 e nº 131/2016; Autorização para Processo Licitatório nº 180 de 16/11/2016; e Edital do Pregão Presencial CL nº 36- 2ª Republicação de 09/03/2017.  
Florianópolis, 22 de maio de 2017.  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
Maurício Bentancor Mendoza- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 041/2017

REFERENTE: Contrato nº 023/2017 celebrado em 20/04/2017  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)  
CONTRATADA: Telas de Alambrado Maringá Ltda.  
OBJETO: Aquisição e instalação de tela de proteção contra pombos, a ser instalada no Palácio Barriga Verde.  
VALOR GLOBAL: R\$ 12.924,00  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização para Processo Licitatório nº 182 de 07/12/2016, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe; e Edital de Pregão Presencial nº 001 de 09/03/2017.  
Florianópolis, 23 de maio de 2017.  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
Edmar Aparecido de Souza- Sócio administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 042/2017

REFERENTE: 04º Termo aditivo celebrado em 15/05/2017, referente ao Contrato CL nº 040/2014-00, celebrado em 18/12/2014.  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
CONTRATADA: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio- Econômicos (FEPESE)  
OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade reajustar o contrato com base nos índices do IGPM/FGV acumulado no período de dezembro de 2014 a novembro de 2016, inclusive, que foi de 18,49%, redundando num aumento unitário mensal da taxa de administração no valor de R\$ 9,30, passando o valor da referida taxa mensal de R\$ 50,27 para R\$ 59,57.  
Em decorrência de tal reajuste, o valor máximo anual (considerando as 320 vagas possíveis) a ser pago a título de taxa de administração passa de R\$ 193.036,80 para R\$ 228.748,80, com eficácia financeira a partir de 31/12/2016.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II e § 1º, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusulas 6.3 e 7.2.4 do Contrato original; Atos da Mesa nº 94/2015, nº 128/2015 e nº 131/2016 e; Autorização Administrativa através da Comunicação interna DF 006/2017/DF-TA.  
Florianópolis/SC, 23 de maio de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
 Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
 Prof. Mauro dos Santos Fiuza- Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 043/2017**

REFERENTE: 02º Termo aditivo celebrado em 04/04/2017, referente ao Contrato CL nº 009/2015-00, celebrado em 06/05/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Claro S.A

OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade prorrogar a vigência pelo período compreendido entre 06/05/2017 e 05/05/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.2 do contrato original; Item 12.2 do edital de credenciamento 001/2015; Atos da mesa nºs.128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através da Comunicação Interna nº 029/2-17-DF.

Florianópolis/SC, 24 de maio de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
 Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
 Vânia Lago- Diretora de Vendas

Adilson Sanches- Gerente Executivo

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 044/2017**

REFERENTE: 01º Termo aditivo celebrado em 15/05/2017, referente ao Contrato CL nº 054/2016-00, celebrado em 23/08/2016.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Connectmix Company Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade, ajustar os itens 3.1.1 e 3.2.1 da Cláusula Terceira do Contrato nº 054/2016-00, objetivando uma melhor compreensão dos tópicos sobre as responsabilidades da empresa.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Atos de Mesa nºs 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa através do despacho no Ofício DCS nº 162/2017 de autoria da Diretoria de Comunicação Social.

Florianópolis/SC, 24 de maio de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
 Thammy Soligo- Diretora de Comunicação Social  
 Jair Luiz Demarco- Procurador

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS**

**OFÍCIO Nº 0106.6/2017**

Blumenau, 17 de maio de 2017.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Comunitária de Crédito - Blumenau Solidariiedade, de Blumenau, referente ao exercício de 2016.

Amadeu Trentini  
 Diretor Executivo

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0107.7/2017**

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação e Ministério para Restauração da Família, de Araquari, referente ao exercício de 2016.

Carlos Roberto Lourenço  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0108.8/2017**

Orleans, 17 de maio de 2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Deficientes de Orleans e Região (ADORE), em Orleans, referente ao exercício de 2016.

Airton Galvão  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0109.9/2017**

Fraiburgo, maio de 2017.

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Atitude e Vida, de Fraiburgo, referente ao exercício de 2016.

Fiorindo Grandó  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0110.2/2017**

OFÍCIO Nº 0254.2017/APAE Joinville, 16 Maio de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville (APAE), referente ao exercício de 2016.

Heloisa Walter de Oliveira  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0111.3/2017**

OFÍCIO Nº 016/2017 Descanso, 16 Maio de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Descanso (APAE), referente ao exercício de 2016.

Odete Maria Piaseski Agostini  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0112.4/2017**

OFÍCIO Nº 010/2017 Joinville, 19 de abril de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Essência de Vida, de Joinville, referente ao exercício 2016.

Tarcizio Della Giustina  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0113.5/2017**

OFÍCIO Nº 01/17 Caibi, SC, 17 de maio de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caibi (APAE), referente ao exercício de 2016.

João Henrique Demartini  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0114.6/2017**

OFÍCIO Nº 05/2017 Florianópolis, 15 de maio de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Filantrópica de Amparo aos Policiais Militares de Santa Catarina (AFAPOM), em Florianópolis, referente ao exercício de 2016.

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0115.7/2017**

OFÍCIO Nº 08/17 Brusque, 11 de maio de 2017.  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional Luterana de Brusque, referente ao exercício de 2016.

Marcus Schlösser  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0116.8/2017**

GDP 087/2017 Chapecó, 15 de maio de 2017.  
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, referente ao exercício de 2016.

Josias Antonio Mascarello  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0117.9/2017**

OFÍCIO Nº 021/2017 Joinville, 22 de maio de 2017  
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão (ISPERE), de Joinville, referente ao exercício de 2016.

Ivete Maria Stelter  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/05/17*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0118.0/2017**

ABCI OF. Nº 009/2017 Itapiranga, 18 de maio de 2017  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Bombeiros Comunitários, de Itapiranga, referente aos exercícios de 2016.  
Mauri Aloisio Franzen  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 24/05/17

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0119.0/2017**

Concórdia, 10 de maio de 2017  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital São Francisco, de Concórdia, referente ao exercício de 2016.  
Antonio Mendes Freitas  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 24/05/17

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0120.4/17**

ABCI OF. Nº 009/2017 Itapiranga, 18 de maio de 2017  
Solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários, de Itapiranga.  
Mauri Aloisio Franzen  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 24/05/17

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 0121.5/17**

OF. 111/2017 Tubarão, 23 de dezembro de 2016  
Solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados, de Tubarão.  
Vitoria Geraldi da Silva  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 24/05/17

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1273, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 1º de junho de 2017.

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

**Republicada por incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1279, de 24 de maio de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor **MARCOS HEITOR DE CARVALHO**, matrícula nº 8527, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2017 (Gab Dep Fernando Coruja)  
Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1280, de 24 de maio de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor **LAURO KOECH JUNIOR**, matrícula nº 7914, de PL/GAB-54 para o PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2017 (Gab Dep Fernando Coruja)  
Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1281, de 24 de maio de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor **SERGIO THADEU FREITAS FONSECA**, matrícula nº 8565, de PL/GAB-10 para o PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2017 (Gab Dep Fernando Coruja)  
Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1282, de 24 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
8433	FILIPPE SOUZA CRUZ	14	19/04/2017	1300/2017

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1283, de 24 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
8433	FILIPPE SOUZA CRUZ	01	03/05/2017	1300/2017
620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	30	27/04/2017	1301/2017

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 0159.1/2017**

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para equipamentos de adaptação, acessibilidade, locomoção e de

tecnologia da informação adquiridos por pessoas hipossuficientes com deficiência, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Os equipamentos de adaptação, acessibilidade, locomoção e de tecnologia da informação ficam isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) quando adquiridos por pessoas hipossuficientes com deficiência.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - hipossuficiente, pessoa cuja renda familiar não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos; e

II - pessoa com deficiência, aquela especificada no art. 2º da lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º Os equipamentos definidos no art. 1º desta Lei devem ser adquiridos diretamente pelas pessoas com deficiência que tenham plena capacidade jurídica e, nos casos de interditos, pelos respectivos curadores.

Parágrafo único. Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago em razão da isenção de que trata esta Lei.

Art. 3º A isenção de ICMS de que trata esta Lei só pode ser utilizada uma única vez, dentro do período mínimo de (3) três anos.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 23/05/17*

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de criar instrumentos que assegurem a promoção de acessibilidade, de autonomia e de inclusão da pessoa com deficiência, bem como o direito constitucional da dignidade da pessoa humana.

Em Santa Catarina, as pessoas com deficiência correspondem a 21% da população, de acordo com dados do IBGE, e a elas deve-se assegurar o direito à inclusão social, que compreende uma gama de outros direitos, entre os quais estão os de acessibilidade e igualdade, que dependem de prestações positivas do Estado para que se concretizem.

Essas pessoas, contudo, têm alguns de seus direitos parcialmente (em alguns casos totalmente) restringidos pela falta de condições financeiras, pois necessitam de tratamentos especiais de saúde, de equipamentos de acessibilidade, tais como: cadeira de rodas, prótese, aparelhos ortopédicos e outros, que são demasiadamente onerosos e possuem uma carga tributária que impossibilita sua aquisição por pessoas com deficiência que têm baixa renda, o caso da maioria.

Insta salientar que a discriminação sofrida por essas pessoas com deficiência ainda é uma constante nos dias de hoje. Tal problemática reflete em suas oportunidades de emprego, o que, consequentemente, repercute em sua situação econômica.

Para que a sociedade brasileira construa um novo padrão de relacionamento com a pessoa com deficiência, proporcionando-lhe a melhor condição de vida e menos preconceito, é necessário fazer valer o princípio da igualdade e, dar tratamento isonômico significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

Nesse sentido, por se tratar de medida de fundamental importância para resguardar os direitos desses cidadãos, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovar a presente proposição.

Deputado João Amin

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0160.5/2017

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para o fim de reconhecer cães e gatos como seres sencientes.

Art. 1º A Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 34-A, com a seguinte redação:

"Art. 34-A. Para os fins desta Lei, cães e gatos ficam reconhecidos como seres sencientes, sujeitos de direito, que sentem dor e angústia, o que constitui o reconhecimento da sua especificidade e das suas características face a outros seres vivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Fernando Coruja

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 24/05/17*

#### JUSTIFICATIVA

Na perspectiva de que cães e gatos são seres sencientes, dotados de sistema neurossensitivo, que os fazem receptivos aos estímulos externos e ambientais, o que os impinge à condição de vítima em casos de crueldade, sofrimento, agressão, atentado à vida, à saúde ou à integridade física ou mental, é que apresentamos este Projeto.

No direito brasileiro, assim como na maioria dos países cuja legislação deriva do direito romano, os animais são classificados, no Código Civil, no Livro III, que trata do Direito das Coisas, como semente (coisas que se movem por si próprias).

Sobre não haver provas cartesianas da sentiência animal, lembramos que não há provas cartesianas da ausência de sentiência nos animais. Na dúvida, nossa responsabilidade é evitar sofrimento potencial, especialmente em virtude das evidências genéticas, evolutivas, anatômicas, fisiológicas, comportamentais e baseadas no bom senso, que indicam fortemente que os animais, minimamente os vertebrados, compartilham conosco a capacidade de sentir.

Os cientistas já derrubaram a barreira conceitual entre homens e animais. Assim, cabe a nós, legisladores, fazermos o mesmo.

Como coisas, os animais são objetos de direito e propriedade do Estado, no caso de silvestres, e particular, no caso das outras espécies. Isso torna bastante complicada a situação em que o animal é maltratado por seu proprietário, pois mesmo que esse proprietário seja acionado e condenado pelo crime de maus-tratos, o animal não poderá ser-lhe retirado, a não ser que seja um animal silvestre nativo porque, neste caso, por disposição legal, o proprietário é a União.

Para uma mudança efetiva legal na abordagem relativa aos animais, faz-se necessário alterar o Código Civil brasileiro, o que é uma prerrogativa do Congresso Nacional. Entendemos, porém, que uma alteração na legislação estadual, em que esta passe a considerar os cães e gatos como animais sencientes e, portanto, com direitos ainda não prescritos em lei, é possível de ser feita pelo legislador estadual.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares apoio à aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Fernando Coruja

\*\*\* X X X \*\*\*

#### Projeto de Lei nº 0161.6/2017

Denomina Nicolau Borga, a ponte sobre o Rio Cocho I, localizada na Comunidade de Bom Sucesso (entre o km 78 e 79) da Rodovia Estadual SC - 355, trecho lomerê até Treze Tílias.

Art. 1º Fica denominada Nicolau Borga a ponte sobre o Rio Cocho I (km 78+605), com extensão de 16,00 (dezesseis) metros, coordenadas 26º 59'05" S; 51º 19'19" O, da Rodovia Estadual SC - 355, trecho lomerê até Treze Tílias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Valdir Cobalchini

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 24/05/17*

#### JUSTIFICATIVA

O Senhor Nicolau Borga, nascido em Urussanga, fixou residência na Comunidade de Bom Sucesso em 1915, sendo um dos primeiros comerciantes a desenvolver a atividade vinícola, dedicando-se a agricultura e conhecido por sua veia política. Dará o nome a ponte sobre o Rio Cocho I.

Referida homenagem é merecida, contando com a aprovação dos nobres pares desta Casa Legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### Projeto de Lei nº 0162.7/2017

Denomina Ulisses Volpato a ponte sobre o Rio Cocho II, localizada na Comunidade de Bom Sucesso (entre o km 78 e 79) da Rodovia Estadual SC - 355, trecho lomerê até Treze Tílias.

Art. 1º Fica denominada Ulisses Volpato a ponte sobre o Rio Cocho II (km 78+793), com extensão de 18,00 (dezoito) metros, coordenadas 26º 59'07" S; 51º 19'35" O, da Rodovia Estadual SC - 355, trecho lomerê até Treze Tílias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Valdir Cobalchini

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 24/05/17*

#### JUSTIFICATIVA

O Senhor Ulisses Volpato, nascido em Videira em 1949, trabalhava como motorista na extinta Comercial Bom Sucesso. Ulisses e sua esposa Marcelina sempre foram ativos na comunidade onde se encontram as pontes, sendo pioneiro na construção da Associação Recreativa e Esportiva Bom Sucesso, foi Diretor da Escola Bom



Sucesso, prestando relevantes serviços a comunidade. Foi um dos maiores entusiastas da pavimentação da rodovia, e infelizmente, não pode ver o término da obra. Dará o nome a ponte sobre o Rio Cocho II.

Referida homenagem é merecida, contando com a aprovação dos nobres pares desta Casa Legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0163.8/2017**

Institui o Dia Estadual do *Coach* no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do *Coach*, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de novembro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Altair Silva

Lido no Expediente

Sessão de 24/05/17

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa reconhecer a relevância dos serviços prestados pelos profissionais que atuam no auxílio às pessoas, por meio de técnicas de aprimoramento individual.

A palavra *coach* vem do inglês e tem vários significados, entre eles treinador ou professor particular. Dessa forma, o *coach* é um profissional de extrema importância, pois atua como guia para auxiliar as pessoas a buscarem seus objetivos, a encontrarem uma carreira em que se encaixem ou a se aprimorem naquelas que já seguem, o que pode refletir na qualidade de vida desses cidadãos. O *coach* também auxilia organizações e empresas, demonstrando sua importância em termos de desenvolvimento humano e empresarial.

Recentemente, o *coaching* também passou a ser visto como uma prática voltada a facilitar o processo de aprendizado, com o objetivo de preparar os jovens profissionais para assumirem as posições executivas no futuro das organizações.

Diante do exposto, tendo em vista a relevância do serviço prestado pelo profissional *coach*, é meritório que ele receba o reconhecimento da sociedade catarinense e, nesse sentido, apresento a proposta de que no dia 12 de novembro seja comemorado o Dia Estadual do *Coach* no Estado de Santa Catarina, assim como já acontece em outros estados da Federação, a exemplo do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Certo da importância desta proposição, conto com o apoio de meus Pares para sua aprovação.

Deputado Altair Silva

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0164.9/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 760

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Guarujá do Sul".

Florianópolis, 22 de maio de 2017.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/05/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 75/17

Florianópolis, 05 de maio de 2017.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza desafetar e doar, ao Município de Guarujá do Sul, o imóvel onde funcionava a Escola de Ensino Fundamental Professora Theodósio Maurício Wanderley, com área total de 8.052,00 m² (oito mil cinquenta e dois metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 4.381, 4.586, 4.587, 4.379, e 4.380 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira e cadastrado sob o nº 3605

1 *Coach*: profissional habilitado a exercer a profissão.

2 *Coaching*: método utilizado pelo profissional, que gera reflexões e permite potencializar o surgimento de aprendizagem e competências, contribuindo, assim, para o desenvolvimento profissional e pessoal.

no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A doação de que trata esta Lei tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais, por parte do município, de ensino fundamental e infantil.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 0164.9/2017**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Guarujá do Sul.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Guarujá do Sul o imóvel com área de 8.052,00 m² (oito mil e cinquenta e dois metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os nºs 4.378, 4.379, 4.380, 4.381, 4.586 e 4.587 no Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira e cadastrado sob o nº 3605 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titulação da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade o desenvolvimento de atividades da educação infantil e do ensino fundamental por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0165.0/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 761

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ipira".

Florianópolis, 22 de maio de 2017.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/05/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 23/2017

Florianópolis, 20 de março de 2017.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a ceder ao Município de Ipira, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o uso gratuito de imóvel com área de 8.500,00 m² (oito mil e quinhentos metros quadrados), onde funcionava a Escola de Educação Básica Carlos Chagas, registrado sob o nº 10.946 no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal e cadastrado sob o nº 4015 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente cessão de uso tem como objetivo o atendimento aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal. Contudo, à consideração de Vossa Excelência. Respeitosamente,

**Milton Martini**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 0165.0/2017**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ipira.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Ipira, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o uso gratuito do imóvel com área de 8.500,00 m<sup>2</sup> (oito mil e quinhentos metros quadrados), transcrito sob o nº 10.946, à fl. 175 do Livro nº 3F, no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal e cadastrado sob o nº 4015 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade atender aos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 3º O cessionário, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade da cessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio; ou

V - houver desistência por parte do cessionário.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0166.0/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 762

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei que "Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 22 de maio de 2017.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/05/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 993.7/GABS/SSP

Florianópolis, 19 de maio de 2017.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que dispõe a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O Corpo de bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), para atender os 134 municípios do Estado onde está presente, possui um efetivo de 2.470 bombeiros militares (234 a menor de quando o presente processo se iniciou em 2015), o que é muito aquém da sua necessidade e bem abaixo do efetivo fixado por lei, que é de 3.816 bombeiros, de acordo com a Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012 (defasagem superior a 1.100 bombeiros).

Em 5 meses o CBMSC iniciará o desenvolvimento de sua maior operação anual, a Operação Veraneio, que deve iniciar-se em outubro de 2017 com a ativação gradual e contínua de diversos postos de salvamento aquático nos mais variados balneários de Santa Catarina, cuja quantidade máxima chega a aproximadamente 384 postos durante o período de maior movimento nas praias, quando são mobilizados cerca de 1.351 guarda-vidas, destes, um pouco mais de 1.111 são guarda-vidas civis voluntários (GVCv), os quais atuam efetivamente no serviço de prevenção e de salvamento nas praias, de forma voluntária, recebendo porém ajuda de custo (ressarcimento) pelas despesas com alimentação e transporte.

Por outro lado, para realizar a atividade de coordenação do serviço de praia, condução de embarcações e atividades de mergulho, o CBMSC se vale de, em média, 300 guarda-vidas militares, efetivo não disponível atualmente no litoral, sendo necessário remanejar bombeiros militares de outras Unidades para emprego em apoio durante a Operação Veraneio, deixando seus locais de origem ainda mais deficitários de efetivo orgânico.

Dessa forma, para que os serviços de combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar e busca e salvamento nos quartéis do interior, não sejam prejudicados com a retirada dos bombeiros militares que irão coordenar o serviço de salvamento aquático nos diversos balneários do Estado, durante a Operação Veraneio, surge como solução a utilização de reforço de Bombeiros Comunitários naqueles quartéis, que se tratam de pessoas da comunidade devidamente capacitadas e habilitadas pelo CBMSC ao exercício da atividade de apoio às guarnições operacionais da Corporação.

Ocorre que, diferentemente dos GVCv, não existe previsão de pagamento de ajuda de custo ou de repasse de qualquer tipo de verba aos Bombeiros Comunitários, impedindo que haja uma regularidade em seus serviços prestados ao CBMSC, já que a maioria deles já possuem seus serviços rotineiros, atuando junto a esta Corporação pelo desejo de ajudar a sociedade, e é justamente o que o presente anteprojeto de lei pretende sanar, estendendo os benefícios dos GVCv aos Bombeiros Comunitários, propiciando que os quartéis de todo o Estado passem a dispor regularmente de um estrutura mínima de efetivo voluntário necessária à execução do serviço de resposta às emergências atendidas pela Corporação, melhorando a capacidade de atendimento à comunidade catarinense, principalmente nos municípios menores, atenuando a falta de efetivo militar.

A matéria segue adequadamente instruída pelo Parecer nº 12-15-AssJur/CBMSC bem como pelo Parecer nº 063/PL/2015 da COJUR/SSP, cabendo-me, então, assegurar que o presente anteprojeto de lei atende a todos os requisitos constitucionais e legais.

Por todo o exposto, considerando que a proposta em pauta reveste-se de relevância e oportunidade, encaminho à consideração de vossa Excelência os autos de todo o processo administrativo, pelo que solicito a adoção de medidas necessárias para o trâmite na forma do procedimento legislativo pertinente.

Respeitosamente,

**César Augusto Grubba**

Secretário de Estado da Segurança Pública

**PROJETO DE LEI Nº 0166.0/2017**

Dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC).

Parágrafo único. Os voluntários, denominados bombeiros comunitários, executarão as atividades de que trata o *caput* deste artigo em apoio ao CBMSC e deverão ser supervisionados por no mínimo 1 (um) bombeiro militar, a quem estarão disciplinadamente vinculados.

Art. 2º O CBMSC ofertará cursos à comunidade com o objetivo de qualificar os interessados em aderir ao serviço voluntário na qualidade de bombeiros comunitários.

Art. 3º Para atuar como bombeiro comunitário, o candidato deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - ter no mínimo 18 (dezoito) anos;
- II - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais;
- III - ter sanidade mental e capacidade física;
- IV - ser legalmente habilitado para o exercício da função,

condição que exige a conclusão do curso de que trata o art. 2º desta Lei e a aprovação nos exames de habilidades específicas, definidos e aplicados pelo CBMSC;

V - apresentar Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, conforme modelo definido por ato do Comandante-Geral do CBMSC, com firma reconhecida em serventia extrajudicial; e

- VI - apresentar exame toxicológico.

Art. 4º O número máximo de bombeiros comunitários destinados a cada Organização Bombeiro Militar (OBM) será definido por ato do Comandante-Geral do CBMSC.

Art. 5º Os bombeiros comunitários ficarão submetidos a regulamento específico e utilizarão uniforme próprio, conforme definido em ato do Comandante-Geral do CBMSC.

Art. 6º Os bombeiros comunitários, havendo prévia disponibilidade financeira e orçamentária, terão direito ao ressarcimento das despesas com alimentação e transporte.

§ 1º O valor do ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo será fixado por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Quando não houver disponibilidade financeira ou orçamentária para repasse do ressarcimento de que trata o *caput* deste artigo, a OBM deverá informar tal situação formalmente aos bombeiros comunitários a ela vinculados.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo ou quando assim desejar, o bombeiro comunitário poderá prestar serviço voluntário sem ser ressarcido, desde que emita manifestação por escrito anuindo a esta situação, nos termos da regulamentação desta Lei.

Art. 7º O Estado concederá aos bombeiros comunitários, em função de eventuais afastamentos decorrentes de enfermidade ou acidentes que ocorram no desenvolvimento de suas atividades, na forma do regulamento desta Lei:

- I - seguro-saúde, destinado a cobrir despesas hospitalares; e
- II - pagamento de auxílio-ressarcimento, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do maior valor do ressarcimento criado pelo art. 6º desta Lei, pelo período que durar o afastamento, o qual não poderá exceder a 90 (noventa) dias, sendo considerada para esse pagamento a média de 2 (dois) dias para cada semana de afastamento.

§ 1º O Estado também concederá aos bombeiros comunitários:

- I - os benefícios de que trata a Lei nº 14.825, de 5 de agosto de 2009;
- II - pensão vitalícia em caso de invalidez permanente total ou parcial; e
- III - em caso de óbito, pensão aos dependentes, assim considerados pela legislação vigente.

§ 2º O valor de cada benefício de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo corresponderá a 20 (vinte) vezes o maior valor do ressarcimento criado pelo art. 5º desta Lei.

§ 3º A sistemática de apuração e concessão dos direitos assegurados neste artigo seguirá os mesmos atos e as mesmas instruções e diretrizes expedidos pelo CBMSC e/ou pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) no que diz respeito aos guarda-vidas civis abrangidos pela Lei nº 13.880, de 4 de dezembro de 2006.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0018.6/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 765

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de

exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei complementar que “Alerta o art. 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 582, de 2012, que fixa o efetivo máximo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e estabelece outras providências”.

Florianópolis, 22 de maio de 2017.

**João Raimundo Colombo**  
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/05/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 962.6/GABS/SSP

Florianópolis, 20 de abril de 2017.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo CBMSC 755/2017, originário do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina-CBMSC, que trata de minuta de Lei Complementar, cuja finalidade é alterar a Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012, promovendo a transformação de 3 (três) vagas do posto de Capitão Bombeiro Militar em 2 (duas) vagas do posto de Coronel Bombeiro Militar, a fim de que se possam preencher cargos/funções vinculados ao posto de Coronel BM, a saber: Controlador Interno do CBMSC e Comandante da 3ª Região Bombeiro Militar, ambas funções criadas após a LC nº 582/2012, que estabeleceu até 2013 o efetivo do CBMSC, até então, adequado ao número de funções daquela Corporação.

Justifica-se a necessidade da alteração que ora se propõe, visando simplesmente realizar uma pequena readequação no quantitativo de vagas daquele Comando-Geral, o que, conforme se demonstra na planilha de cálculos, representará uma economia ao Estado, uma vez que transformaremos 3 (três) vagas do posto de Capitão Bombeiro Militar, em 2 (duas) vagas de Coronel Bombeiro Militar.

A intenção não é inédita em Santa Catarina, uma vez que no ano próximo passado ocorreu situação similar no Poder Judiciário que se materializou na Lei Complementar nº 679/2016.

Não obstante aquele CBMSC possuir um efetivo de aproximadamente a quarta parte do existente na Polícia Militar de Santa Catarina-PMSC, é importante esclarecer que as funções de alto escalão são praticamente as mesmas, lembrando que ambas as Corporações utilizam a Lei nº 6.217/83 - Lei de Organização Básica da PMSC, como instituidor e delimitador de tais funções.

Desde a emancipação do CBMSC em 13 de junho de 2003, aquela Corporação aumentou sua presença dentro do Estado de Santa Catarina em mais de 140%.

O CBMSC possui as funções de coronéis: Comando-Geral; SubComando-Geral; Chefe do Estado-Maior Geral; Corregedor-Geral; Controlador-Geral; Quatro Diretorias; Três Regiões Bombeiros Militar.

Diante desse quadro fático, chegou-se à conclusão de que a transformação de 3 (três) vagas de Capitão BM em 2 (duas) vagas de Coronel BM seria duplamente benéfico, pois, primeiramente acarretaria ônus “zero”, além do que, o Estado deixaria de pagar diferenças salariais aos 2 (dois) Tenentes-coronéis que têm percebido como Coronéis, já que estão nomeados em funções de grau hierárquico superiores, e, por fim, resolveria a questão envolvendo a hierarquia que ora encontra-se desvirtuada do que a legislação impõe.

Portanto essa transformação gerará economia ao Estado e tornará aquela Corporação hierarquicamente correta em sua disposição nas funções máximas de gerência. O impacto “negativo” pode ser verificado nos cálculos do memorial de impacto financeiro apresentado em anexo. Dessa maneira, o número total do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar consequentemente reduziria dos atuais 3.816 (três mil oitocentos e dezesseis) para 3.815 (três mil oitocentos e quinze).

A presente proposta, é de se ressaltar, transcende a mera conveniência e oportunidade, pois alcança a seara da eficiência do serviço público e exige pressa, principalmente por gerar economia ao erário.

Não é demais dizer que o crescimento no número de organizações de bombeiros militares implicou numa significativa expansão da prestação dos serviços de salvamento, combate a incêndios, dentre outros, a todas as regiões do território Catarinense e, consequentemente, à prestação de um melhor atendimento à nossa comunidade, o que colocou o Estado de Santa Catarina em posição de destaque no cenário nacional, especialmente no que se refere ao percentual da população diretamente assistida.

A minuta de Decreto segue por meio eletrônico, no endereço: [gemat@scc.gov.br](mailto:gemat@scc.gov.br).

Ante do exposto e, devida a necessidade urgente em razão de que este projeto de lei Complementar corrigirá uma irregularidade que se renova mês a mês diante a manutenção de postos hierarquicamente inferiores assumindo funções privativas de postos superiores dentro do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, fato este decorrente das novas funções efetivas nos últimos anos, possibilitando

melhor desempenho operacional/administrativo e conseqüentemente melhor atendimento à população catarinense, encaminho o Processo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**César Augusto Grubba**

Secretário de Estado da Segurança Pública

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0018.6/2017**

Altera o art. 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 582, de 2012, que fixa o efetivo máximo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O efetivo máximo previsto para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) é fixado em 3.815 (três mil, oitocentos e quinze) bombeiros militares.” (NR)

Art. 2º O Anexo I da Lei Complementar nº 582, de 2012, passa a vigorar conforme redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados:

I - o art. 3º da Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012; e

II - o Anexo II da Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS NOS QUADROS DE BOMBEIROS MILITARES

(Lei Complementar nº 582, de 30 de novembro de 2012)

EFETIVO DO CBMSC POSTO/GRADUAÇÃO	EFETIVO MÁXIMO PREVISTO
<b>QUADRO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITAR (QOBM)</b>	
Coronel BM	12
Tenente-Coronel BM	40
Major BM	52
Capitão BM	77
1º Tenente BM	78
2º Tenente BM	75
Total	334
<b>QUADRO DE OFICIAIS DE SAÚDE BOMBEIROS MILITAR (QOSBM) - MÉDICOS</b>	
Capitão BM	3
1º Tenente BM	3
2º Tenente BM	3
Total	9
<b>QUADRO DE PRAÇAS ESPECIAIS BOMBEIROS MILITAR (QPBM)</b>	
Aspirante a Oficial (Praça Especial)	40
Cadete BM (Praça Especial)	80
Total	120
<b>QUADRO DE PRAÇAS BOMBEIROS MILITAR (QPBM)</b>	
Subtenente BM	65
1º Sargento BM	124
2º Sargento BM	200
3º Sargento BM	235
Cabo BM	475
Soldado BM	1.861
Total	2.960
<b>QUADRO DE PRAÇAS BOMBEIROS MILITAR COMPLEMENTAR (QPBM)</b>	
3º Sargento BM	140
Cabo BM	252
Total	392
TOTAL GERAL	3.815

\*\*\* X X X \*\*\*

” (NR)